



Ar

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

fh

**DATA DA REUNIÃO:** DEZANOVE DE MAIO DE DOIS MIL E DEZ.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

**PRESENÇAS E FALTAS:**-----

**PRESIDENTE** ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

**VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO** – PSD – PRESENTE.-----

**VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA** – PS – PRESENTE.-----

**VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES** – PSD – PRESENTE.-----

**VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES** – PS – PRESENTE.-----

**VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS** – PSD – PRESENTE.-

**VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA** – PS –  
FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

**VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA** – PSD – FALTOU POR RAZÕES  
QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO** – PS – PRESENTE.

**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** DEZ HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS.-----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** DOZE HORAS E CINCO MINUTOS.-----



Ar

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

67

**SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.**-----

**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.**-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

a) a) Em cumprimento do disposto no nº 3 do artº 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, o Senhor Presidente deu conhecimento dos seus despachos a seguir referidos, proferidos ao abrigo de competência delegada pela Câmara Municipal:-----

— Despacho de dez do corrente mês de Maio, que aprovou a 4ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010, que consistiu na 4ª alteração ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes cinco folhas;-----

- Despacho de doze do corrente mês de Maio, que homologou trabalhos a mais executados na empreitada denominada “Zona Desportiva de Vilarinho”, no montante de 50.704,17 € (cinquenta mil setecentos e quatro euros e dezassete cêntimos) e ratificou a decisão de supressão de trabalhos incluídos no contrato inicial no valor de 41.549,56 € (quarenta e um mil quinhentos e quarenta e nove euros e cinquenta e seis cêntimos).-----

Compensado o valor dos trabalhos a mais com os trabalhos a menos, o custo adicional da referida empreitada foi de 9.354,61 € (nove mil trezentos e cinquenta e quatro euros e sessenta e um cêntimos).-----

A referida empreitada foi adjudicada à sociedade Betominho – Sociedade de Construções S.A., pelo preço inicial de 178.222,39 €, por despacho do Presidente da Câmara de treze de Agosto de dois mil e sete, do qual a câmara municipal tomou conhecimento em reunião de cinco de Setembro do mesmo ano.-----

b) Para conhecimento da actividade da câmara municipal, o Senhor Presidente deu



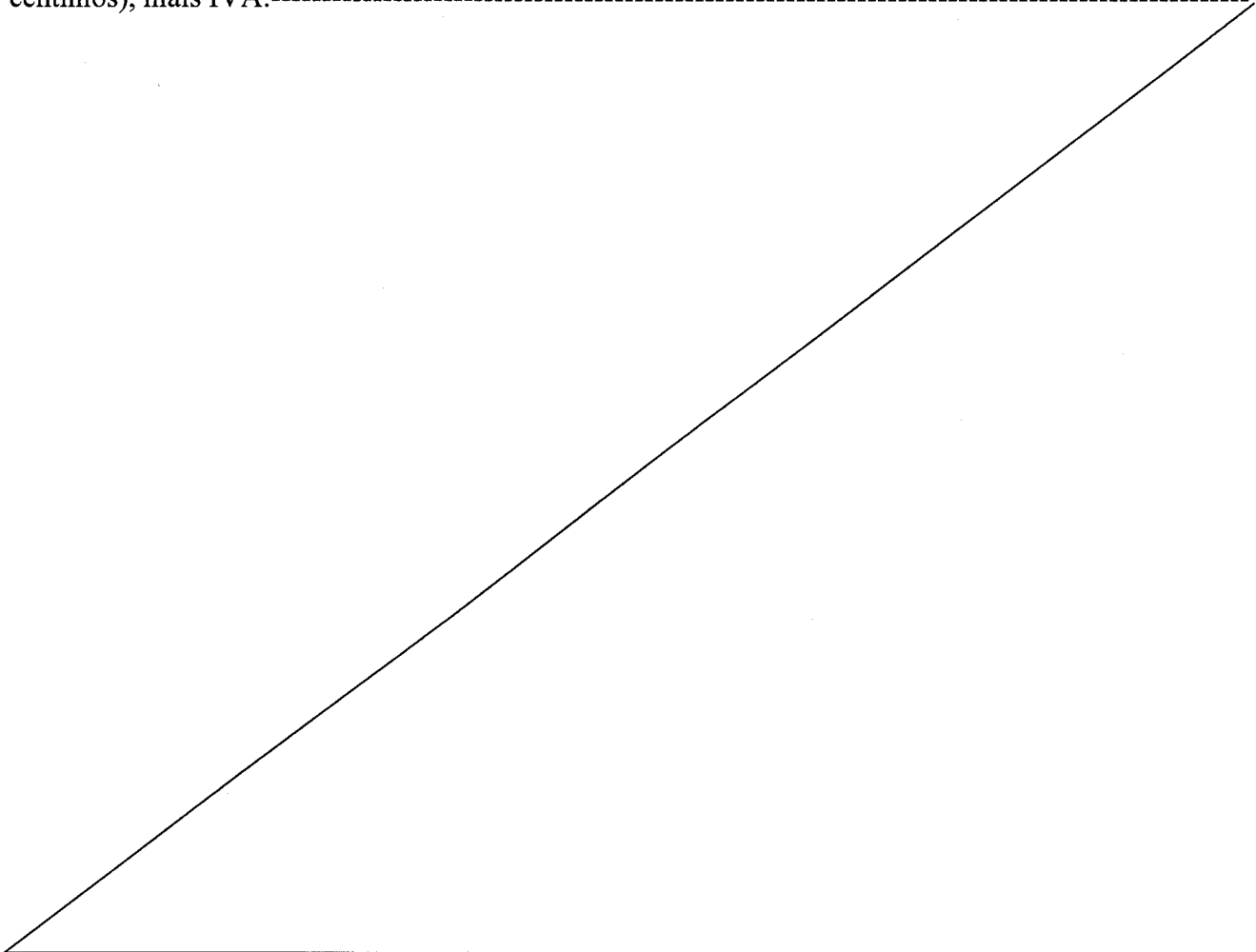
A

Handwritten signature or mark.

também conhecimento dos seus despachos a seguir referidos, proferidos ao abrigo de competência própria:-----

- Despacho de três do corrente mês de Maio, que delegou competências em diversos dirigentes para liquidação das taxas e preços constantes das tabelas anexas ao Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas.-----

- Despacho de doze do corrente mês de Maio, que adjudicou à sociedade Pedreira das Lages Lda., a empreitada denominada “Arranjo Urbanístico do Largo da Turbina – S. Miguel do Couto – 2ª fase”, pelo preço de 27.526,13 € (vinte e sete mil quinhentos e vinte e seis euros e treze cêntimos), mais IVA.-----





SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

## DESPACHO

### 4º Modificação – GOP E ORÇAMENTO 2010

António Alberto de Castro Fernandes, Presidente do Município de Santo Tirso, decido ao abrigo da deliberação de executivo de 05/11/2009, item 6, n.º 2-b), aprovar a 4ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010, com reforço de verbas no montante de 1.409.000,00 € (um milhão, quatrocentos e nove mil euros), coberto pela anulação parcial de outras dotações do Orçamento de despesas, cujo teor passa a constituir as subsequentes 4 folhas do presente despacho.

O presente despacho fundamenta-se na necessidade de reforçar algumas dotações orçamentais, para que seja possível o normal funcionamento da autarquia.

À próxima reunião ordinária para conhecimento e à Divisão de Gestão Financeira para execução.

Santo Tirso, 10 de Maio de 2010

O Presidente,

Castro Fernandes

SISTEMA CERTIFICADO

**eic**

ISO 9001

certificação

acreditada

IRAC

Serviços de Obras Particulares,  
Ação Social e Atendimento  
Cem e Atividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.021GR



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

5  
Aire  
[Signature]

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2010

## MODIFICAÇÃO N.º 4

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DESPESA N.º 4

ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL INVESTIMENTOS N.º 4

Maio 2010

---

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES  
Ano Contabilístico: 2010 Data Aprovação :

Página: 1

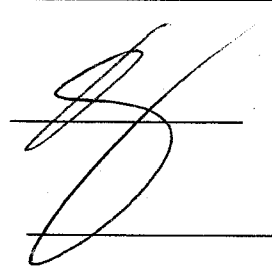
Tipo de Modificação : AOD - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 4		
Orgânica	Economica	Plano	Designação ( Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010305		Escolas	8.170.140,97	646.000,00	
02	07010307		Outros	1.198.401,63		100.000,00
02	07010401		Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	8.669.704,54		43.000,00
02	07010405		Parques e jardins	2.617.213,79	17.000,00	
02	07010406		Instalações desportivas e recreativas	311.546,35	30.000,00	
02	070115		Outros investimentos	1.709.648,65		550.000,00
Total de Aumentos/Diminuições:					693.000,00	693.000,00
Tipo de Modificação : API - ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				Número : 4		
Orgânica	Economica	Plano	Designação ( Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010305	2002 I 31	AMPLIAÇÃO ESCOLA SEQUEIRO 1, CONSTRUÇÃO CANTINA E	907.759,35	200.000,00	
02	07010305	2002 I 404	CENTRO INTERPRETATIVO MONTE PADRÃO - MONTE CORDOVA	99.876,53	30.000,00	
02	07010406	2004 I 68	CONSTRUÇÃO RINGUE VERGADELA - REBORDÕES	143.034,95	30.000,00	
02	07010405	2004 I 111	CONSTRUÇÃO, REMODELAÇÃO E CONSERVAÇÃO PARQUES INFA	87.779,39	17.000,00	
02	07010305	2006 I 62	CONSTRUÇÃO NOVO EDIFÍCIO ESCOLAR LUGAR MACABIO-ROR	1.135.013,36	400.000,00	
02	07010401	2007 I 129	CONSTRUÇÃO CONTINUAÇÃO AVENIDA PARADELA LUGAR CENS	156.253,05	23.000,00	
02	07010305	2008 I 53	AMPLIAÇÃO EBI/JI S. BENTO BATALHA - SANTO TIRSO	417.740,70	15.000,00	
02	07010307	2008 I 54	EXTENSÃO SAÚDE S. MARTINHO	949.289,08		100.000,00
02	070115	2008 I 56	EXTENSÃO SAÚDE CALDAS SAÚDE	1.234.484,40		550.000,00
02	07010401	2009 I 25	PLANO MOBILIDADE SUSTENTÁVEL P/ CIDADE SANTO TIRSO	87.582,96		66.000,00
02	07010305	2009 I 36	MANUTENÇÃO E APETRECHAMENTO ESCOLAS EB2/3 CONCELHO	100.000,00	1.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					716.000,00	716.000,00
Total Geral :					1.409.000,00	1.409.000,00

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

7  
A  
f

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1	
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NUMERO: 4 ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA NUMERO 4 DO ANO CONTABILISTICO DE 2010 DATA DE APROVAÇÃO					
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				O B S
			DOTAÇÃO  ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA    ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES			
02		CÂMARA MUNICIPAL	22.676.655,93	693.000,00	693.000,00	22.676.655,93	
	07	Aquisição bens capital	22.676.655,93	693.000,00	693.000,00	22.676.655,93	
	0701	Investimentos	22.676.655,93	693.000,00	693.000,00	22.676.655,93	
	070103	Edifícios	9.368.542,60	646.000,00	100.000,00	9.914.542,60	
	07010305	Escolas	8.170.140,97	646.000,00		8.816.140,97	
	07010307	Outros	1.198.401,63		100.000,00	1.098.401,63	
	070104	Construções diversas	11.598.464,68	47.000,00	43.000,00	11.602.464,68	
	07010401	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	8.669.704,54		43.000,00	8.626.704,54	
	07010405	Parques e jardins	2.617.213,79	17.000,00		2.634.213,79	
	07010406	Instalações desportivas e recreativas	311.546,35	30.000,00		341.546,35	
	070115	Outros investimentos	1.709.648,65		550.000,00	1.159.648,65	
TOTAL ...			22.676.655,93	693.000,00	693.000,00	22.676.655,93	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ....							
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				693.000,00	693.000,00		

Em ____ de ____ de ____	Aprovada em reunião de ____
O Presidente da Camara, 	
Os Vereadores:	
_____	_____
_____	_____
_____	_____

## MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

ENTIDADE

CM S TIRSO

MODIFICAÇÃO NÚMERO : 4 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2010  
ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO : 4

DATA DE APROVAÇÃO

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)				DOTAÇÃO SEQUINTE				
						ANO EM CURSO		ANOS SEQUINTE	ANO EM CURSO		ANOS SEQUINTE		ANO EM CURSO		ANOS SEQUINTE		
						TOTAL	DEFINITIVA	NÃO DEFINITIVA	DEFINITIVA	NÃO DEFINITIVA	2011	SEQUINTE	TOTAL	DEFINITIVA	NÃO DEFINITIVA	2011	SEQUINTE
2.		Funções sociais			1.186.095,10	5.304.160,72	5.304.160,72		3.229.953,57	-23.000,00	599.000,00		5.281.160,72	5.281.160,72		1.928.953,57	1.900.000,00
2.1.		Educação			620.145,34	2.560.513,41	2.560.513,41		100.000,00	616.000,00	-100.000,00		3.176.513,41	3.176.513,41			
2.1.1.		Ensino não superior			620.145,34	2.560.513,41	2.560.513,41		100.000,00	616.000,00	-100.000,00		3.176.513,41	3.176.513,41			
2.1.1.1.	31	AMPLIAÇÃO ESCOLA SEQUEIRO 1, CONSTRUÇÃO CANTINA E POLIVALENTE-SEQUEIRO	DPH/DOM	02 07010305	57.796,20	907.759,35	907.759,35			200.000,00			1.107.759,35	1.107.759,35			
2.1.1.1.	09	CONSTRUÇÃO MONO EDIFÍCIO ESCOLAR LUGAR MACABO-RORIZ	DOM	02 07010305	131.315,67	1.135.013,36	1.135.013,36		100.000,00	400.000,00	-100.000,00		1.535.013,36	1.535.013,36			
2.1.1.1.	22	AMPLIAÇÃO EBI/31 S. BENTO BATALHA - SANTO TIRSO	DOM	02 07010305	304.817,72	417.740,70	417.740,70			15.000,00			432.740,70	432.740,70			
2.1.1.1.	03	MANUTENÇÃO E APETRECHAMENTO ESCOLAS EB2/3 CONCELHO SANTO TIRSO, ABRIGO PROTOCOLO TRANSFERÊNCIAS COMPETÊNCIAS	DPH/DOM	02 07010305	126.215,75	100.000,00	100.000,00			1.000,00			101.000,00	101.000,00			
2.2.		Saúde			160.812,00	2.325.373,48	2.325.373,48		307.170,61	-650.000,00	650.000,00		1.675.373,48	1.675.373,48		957.170,61	
2.2.1.		Serviços individuais de saúde			160.812,00	2.325.373,48	2.325.373,48		307.170,61	-650.000,00	650.000,00		1.675.373,48	1.675.373,48		957.170,61	
2.2.1.1.	03	EXTENSÃO SAÚDE S. MARTINHO	DPH/DOM	02 07010307	80.784,00	1.090.889,08			307.170,61		100.000,00		990.889,08			407.170,61	
2.2.1.1.	03		02 07010101				949.289,08			-100.000,00				849.289,08			
2.2.1.1.	03		02 07010101				141.600,00							141.600,00			
2.2.1.1.	05	EXTENSÃO SAÚDE CALDAS SAÚDE	DPH/DOM	02 0701115	80.028,00	1.234.484,40	1.234.484,40			-550.000,00	550.000,00		684.484,40	684.484,40		550.000,00	
2.3.		Segurança e acção sociais			83.584,08	87.779,39	87.779,39		37.200,00	17.000,00	-17.000,00		104.779,39	104.779,39		20.200,00	
2.3.1.		Acção social			83.584,08	87.779,39	87.779,39		37.200,00	17.000,00	-17.000,00		104.779,39	104.779,39		20.200,00	
2.3.1.1.	05	CONSTRUÇÃO, REMODELAÇÃO E CONSERVAÇÃO PARQUES INFANTIS CONCELHO SANTO TIRSO	DPH/DOM	02 07010405	83.584,08	87.779,39	87.779,39		37.200,00	17.000,00	-17.000,00		104.779,39	104.779,39		20.200,00	
2.4.		Habitação e serviços colectivos			87.582,96	87.582,96	87.582,96		2.785.582,96	-66.000,00	66.000,00		21.582,96	21.582,96		951.582,96	1.900.000,00
2.4.1.		Ordenamento do território			87.582,96	87.582,96	87.582,96		2.785.582,96	-66.000,00	66.000,00		21.582,96	21.582,96		951.582,96	1.900.000,00
2.4.1.1.	14	PLANO MOBILIDADE SUSTENTÁVEL P/ CIDADE SANTO TIRSO	DPH/DOM	02 07010401	87.582,96	87.582,96	87.582,96		2.785.582,96	-66.000,00	66.000,00		21.582,96	21.582,96		951.582,96	1.900.000,00
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos			321.553,68	242.911,48	242.911,48			60.000,00			302.911,48	302.911,48			
2.5.1.		Cultura			318.528,68	99.876,53	99.876,53			30.000,00			129.876,53	129.876,53			
2.5.1.1.	13	CENTRO INTERPRETATIVO MONTE PADRÃO - MONTE CORDOVA	DOM	02 07010305	318.528,68	99.876,53	99.876,53			30.000,00			129.876,53	129.876,53			
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer			3.025,00	143.034,95	143.034,95			30.000,00			173.034,95	173.034,95			
2.5.2.1.	11	CONSTRUÇÃO RINGUE VERGADELA - REBORDEDES	DOM	02 07010406	3.025,00	143.034,95	143.034,95			30.000,00			173.034,95	173.034,95			
3.		Funções económicas			99.298,00	156.253,05	156.253,05			23.000,00			179.253,05	179.253,05			
3.1.		Transportes e comunicações			99.298,00	156.253,05	156.253,05			23.000,00			179.253,05	179.253,05			
3.1.1.		Rede viária urbana e rural			99.298,00	156.253,05	156.253,05			23.000,00			179.253,05	179.253,05			
3.1.1.1.	020	CONSTRUÇÃO CONTINUAÇÃO AVENIDA PARADELA LUGAR CENSE - VILA AVES	DOM	02 07010401	99.298,00	156.253,05	156.253,05			23.000,00			179.253,05	179.253,05			
TOTAL ...					1.285.393,90	5.460.413,77	5.460.413,77		3.229.953,57		599.000,00		5.460.413,77	5.460.413,77		1.928.953,57	1.900.000,00

O PRESIDENTE DO ÓRGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_





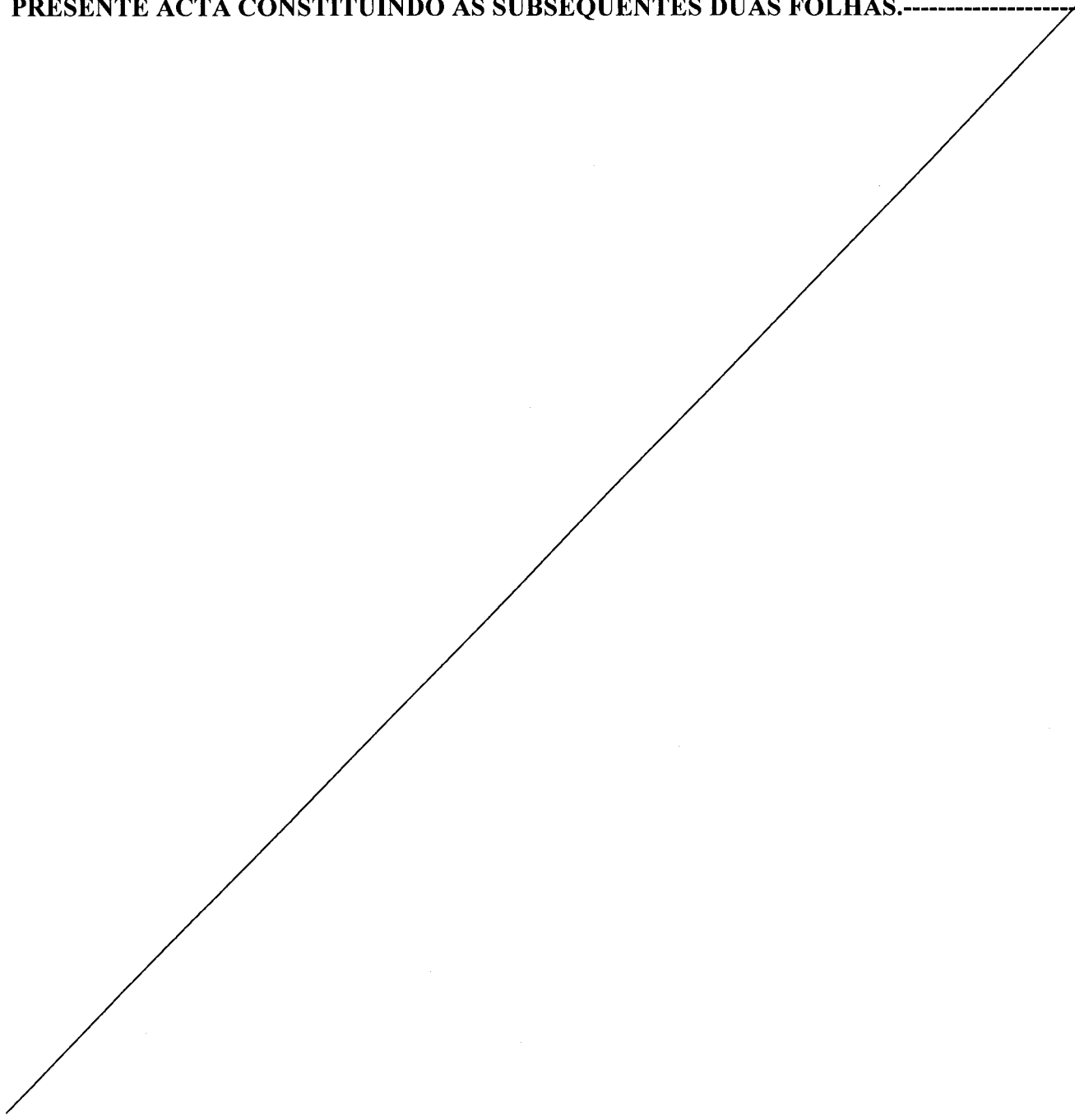
*Are*

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

*h*

**LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.**-----





SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

10

Ale

7

## **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19/MAIO/2010 – ACTA Nº 13**

### **ORDEM DO DIA**

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (05/05/2010)
- 2 – Dia Municipal do Bombeiro: Proposta de atribuição de Medalhas a Bombeiros
- 3 – Empreitada: “Unidade de Saúde de S. Martinho do Campo”: Aprovação da minuta do respectivo contrato: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara
- 4 – Empreitada: “Unidade de Saúde de Areias”: Aprovação da minuta do respectivo contrato
- 5 – Empreitada: “Construção do Centro Escolar da Costa – Roriz”: Decisão de contratar: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara
- 6 – Contrato de Financiamento celebrado entre a Área Metropolitana do Porto e o Município de Santo Tirso para realização da operação designada “Centro Escolar da Ermida – S. Miguel do Couto”: Ratificação
- 7 – Candidatura apresentada pelo município no âmbito do Fundo Social Europeu – Tipologia 2.3 - “Formações Modulares certificadas”: Aceitação das condições da decisão de aprovação
- 8 – Requerimento da sociedade Granitirso – Mármore e Granitos de Santo Tirso Lda: Proposta de compra de lote n.º 2 do Loteamento Industrial Municipal
- 9 – Aquisição de terrenos destinados à execução do projecto denominado “EN 105 – Remodelação do Nó da Variante de Santo Tirso (Ponte de Frádegas)”: Parcelas 1, 2 e 3, propriedade de José Augusto Costa e Sá Freitas Monteiro
- 10 – Aquisição de terrenos destinados à execução do projecto denominado “Reabilitação das Margens do Ave” – Parcela 2 – Pagamento de indemnização ao arrendatário



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

11

Am  
dh

- 11 – Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe – Projecto “Códigos de Vida”: Proposta de atribuição de subsidio
- 12 – Proposta de atribuição subsídio à Junta de Freguesia de Roriz para pagamento de consumos de energia eléctrica com iluminação pública
- 13 – Proposta de atribuição de subsídios às Associações de Bombeiros do Concelho de Santo Tirso
- 14 – Outros Subsídios

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 14 de Maio de 2010

/ O Presidente,

**NOTA:** Foi retirado de reunião o assunto constante do item doze da presente Ordem do Dia



Ar

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

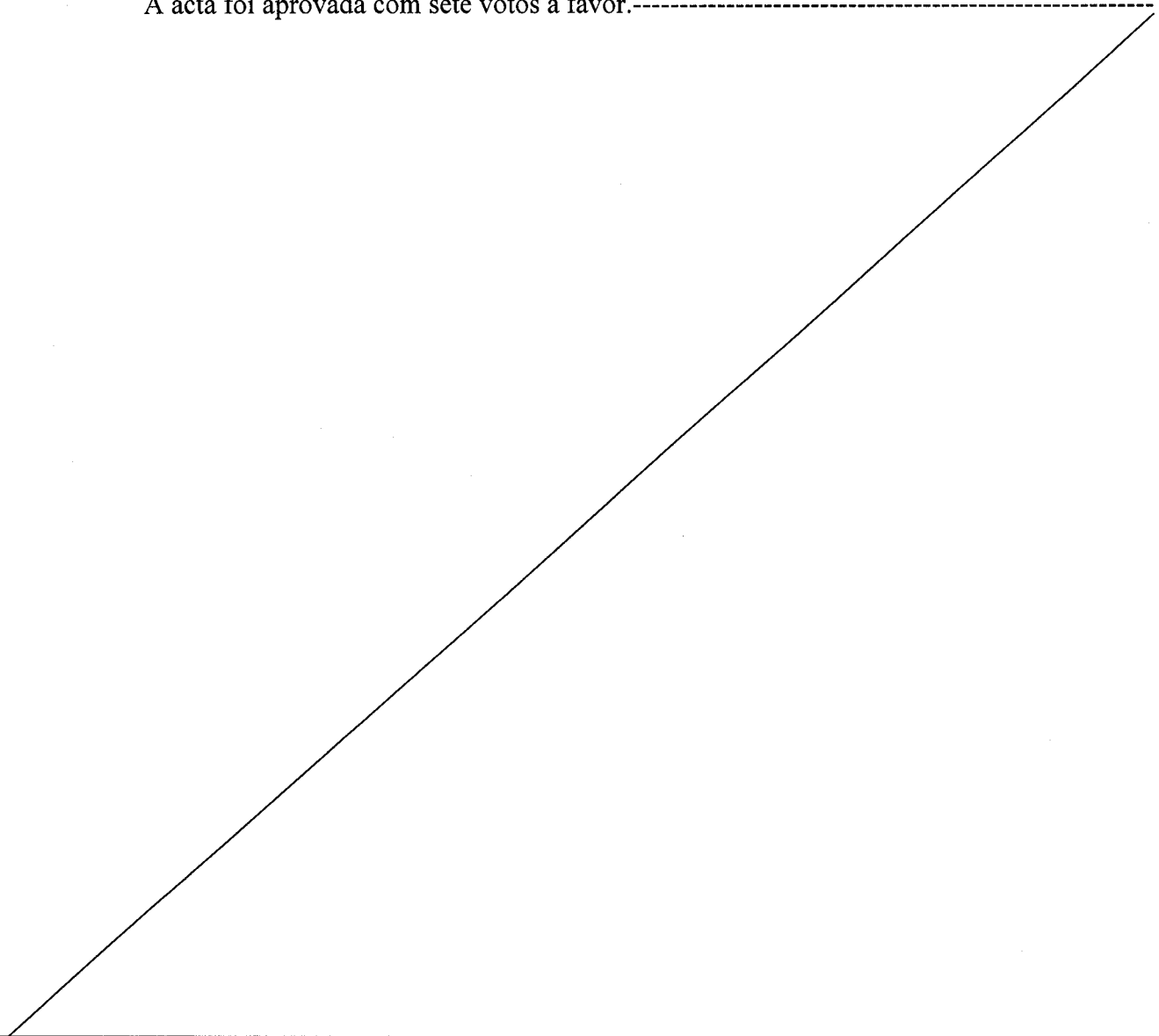
f

**1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (05/05/2010).-----**

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia cinco do corrente mês de Maio, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com sete votos a favor.-----





7

## **2. DIA MUNICIPAL DO BOMBEIRO: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS A BOMBEIROS-----**

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o trabalho dos bombeiros voluntários, e dirigentes das respectivas associações, deve ser objecto de incondicional reconhecimento por parte da comunidade e suas instituições;-----

Considerando o disposto no n.º 9 do artigo 4º do Regulamento da Concessão de Regalias aos Bombeiros do Município de Santo Tirso e as propostas apresentadas à Câmara Municipal pelas Direcções das respectivas associações;-----

Proponho que a Câmara delibere atribuir as seguintes medalhas:-----

### **MEDALHAS DE SERVIÇOS DISTINTOS:-----**

- António José Marques de Carvalho, Director da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso, que desde há dezoito anos vem exercendo essas funções com grande dedicação.-----

- Eng.º Manuel Luciano da Costa Gomes, Presidente da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses, funções que vem exercendo com grande dedicação.-----

A proposta foi aprovada com quatro votos a favor. Abstiveram-se os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata abstiveram-se, mais concretamente no caso da proposta feita pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses, que propunha a atribuição de cinco Medalhas por Serviços Distintos e segundo informação do Senhor Presidente apenas pode ser atribuída uma por Corporação, entendemos que caberia à Corporação em causa, atempadamente, indicar, das cinco, qual aquele que merecia esta distinção. Não está nem esteve nesta abstenção qualquer reparo à personalidade indicada



7

pelo Senhor Presidente, cujo mérito e reputação assinalamos, mas que não tendo dados sobre todos aqueles que foram indicados, por esta Corporação e porque se nos afigura mais prudente e até mais equilibrado, adoptamos esta opção.-----

Tendo em conta que ainda medeia algum espaço útil até à data marcada para o evento (Dia do Bombeiro) achamos que devem ser feitas as devidas diligências junto da Corporação (Bombeiros Amarelos) para que seja esta, em coordenação com os serviços da câmara, a indicar qual destas cinco personalidades poderão merecer esta distinção”.-----

Seguidamente pelo Senhor Presidente e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Tendo em conta a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara que é quem tem competências para apresentar à Câmara Municipal este tipo de propostas e tendo em conta que as duas personalidades votadas nos merecem reconhecimento público pelo serviço relevante realizado junto da comunidade enquanto integrantes das Associações Humanitárias. Tendo também em conta que o que estava em causa era se estas personalidades mereciam ou não o que foi proposto, votamos sem tibiezas as atribuições das Medalhas de Serviços Distintos, até porque este tipo de propostas, nos termos regulamentares, nem sequer têm de ser apresentadas à Câmara Municipal por qualquer das Corporações.-----

O Regulamento Municipal também é claro quando define que só será concedida por cada corporação e por ano uma Medalha de Serviços Distintos, salvo casos excepcionais devidamente fundamentados.-----

Sucede que na sugestão entregue na câmara, muito recentemente, foram apresentadas cinco proposta, sem qualquer fundamentação, incluindo uma proposta para uma personalidade que já havia recebido a Medalha de Serviços Distintos. Desenvolvidas diligências junto do Presidente da Associação Humanitária de Bombeiros respectiva não foi possível integrar a sugestão nos termos regulamentares.-----



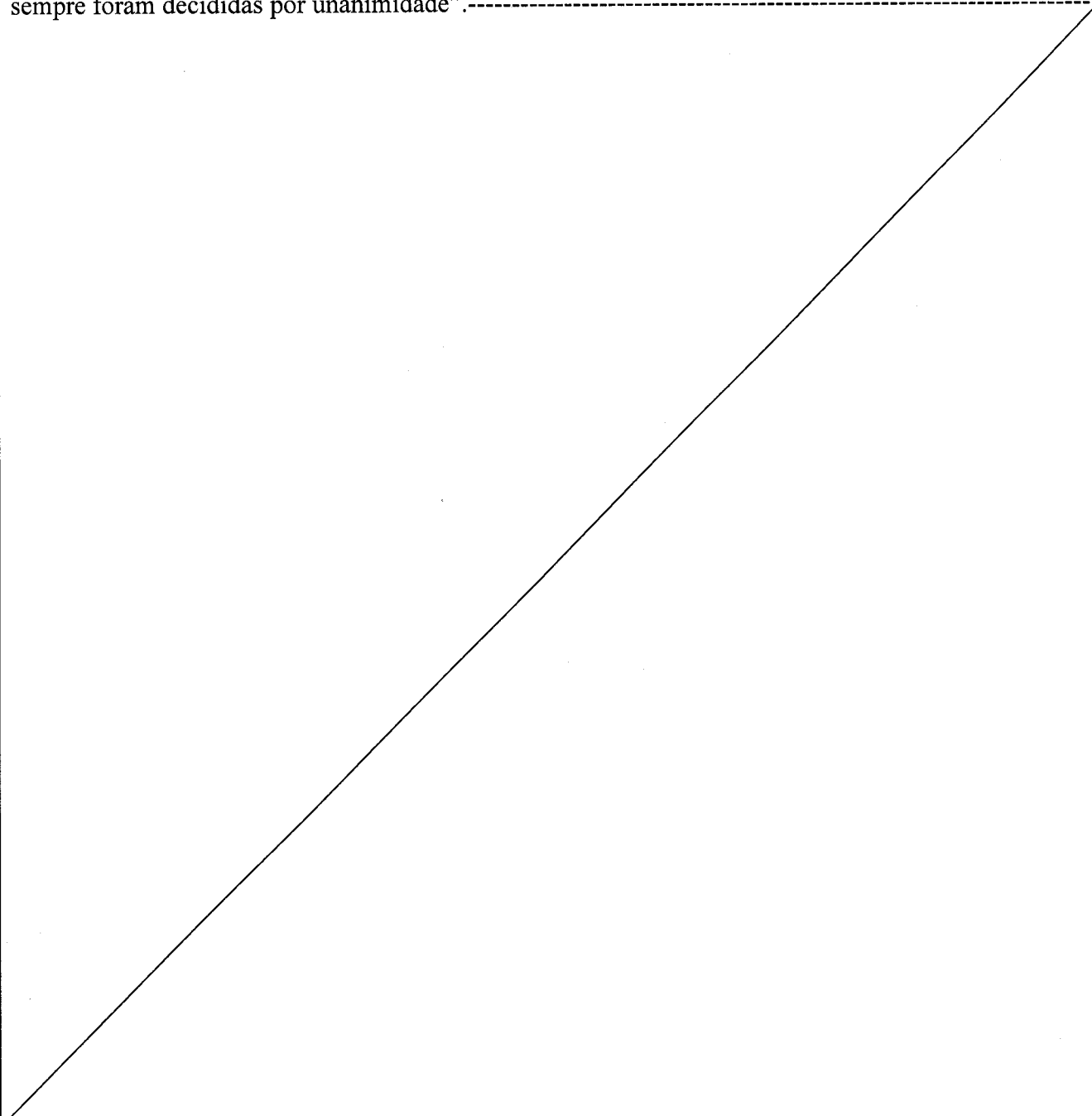
*File*

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

*df*

Por último registamos a posição política dos senhores vereadores do Partido Social Democrata que numa atitude inédita quebraram uma tradição política neste tipo de votações que sempre foram decididas por unanimidade".-----





*Ar*

Reunião : ORDINÁRIA

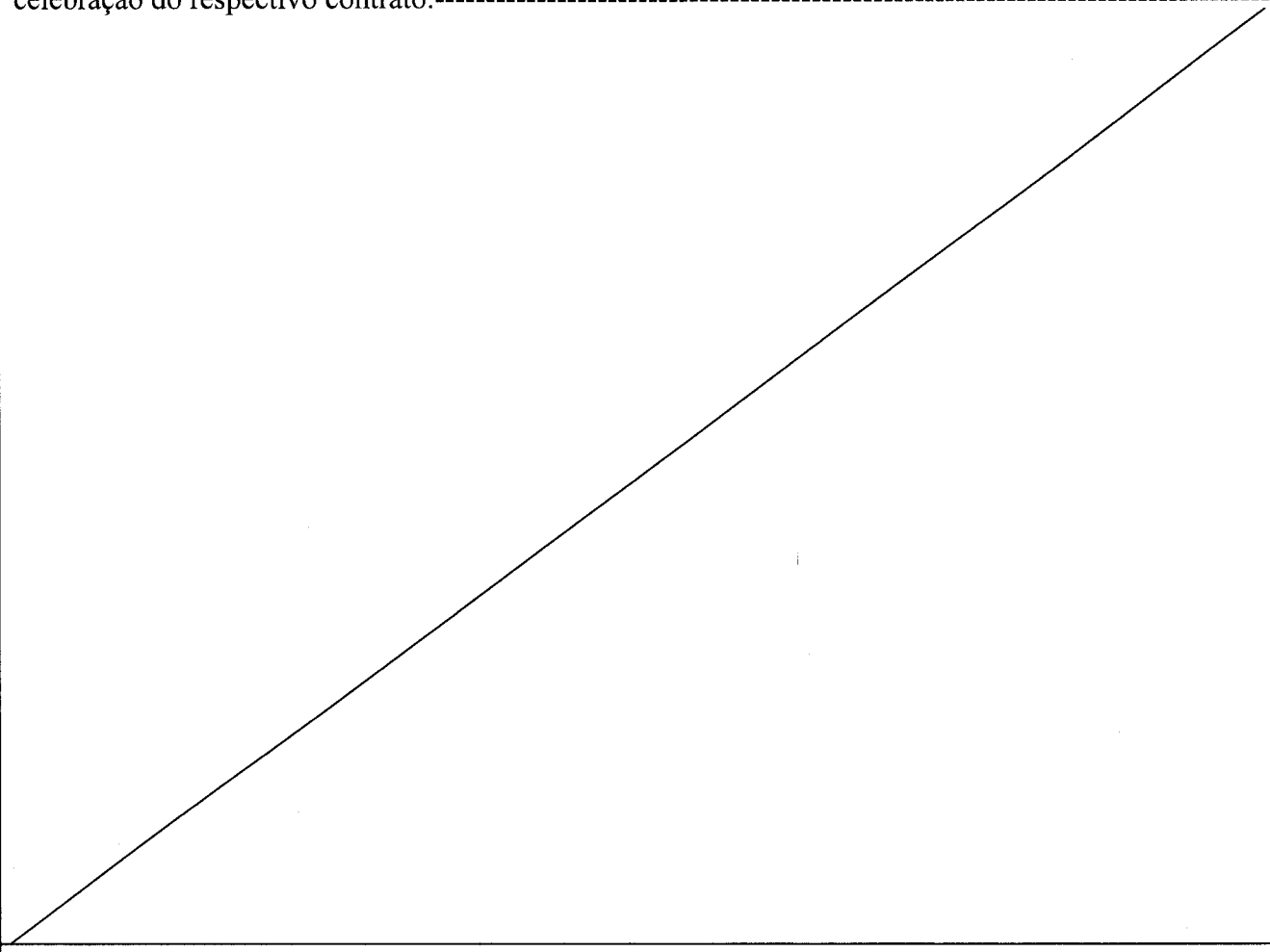
Câmara Municipal de Santo Tirso

*f*

**3. EMPREITADA: “UNIDADE DE SAÚDE DE S. MARTINHO DO CAMPO”:  
APROVAÇÃO DA MINUTA DO RESPECTIVO CONTRATO: RATIFICAÇÃO DE  
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----**

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de sete do corrente mês de Maio, que aprovou a minuta do Contrato de Empreitada acima referida, adjudicada por deliberação da câmara municipal de catorze de Abril findo, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, composto por nove folhas.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, ratificar o aludido despacho e autorizar a celebração do respectivo contrato.-----







Ac

Reunião : ORDINÁRIA

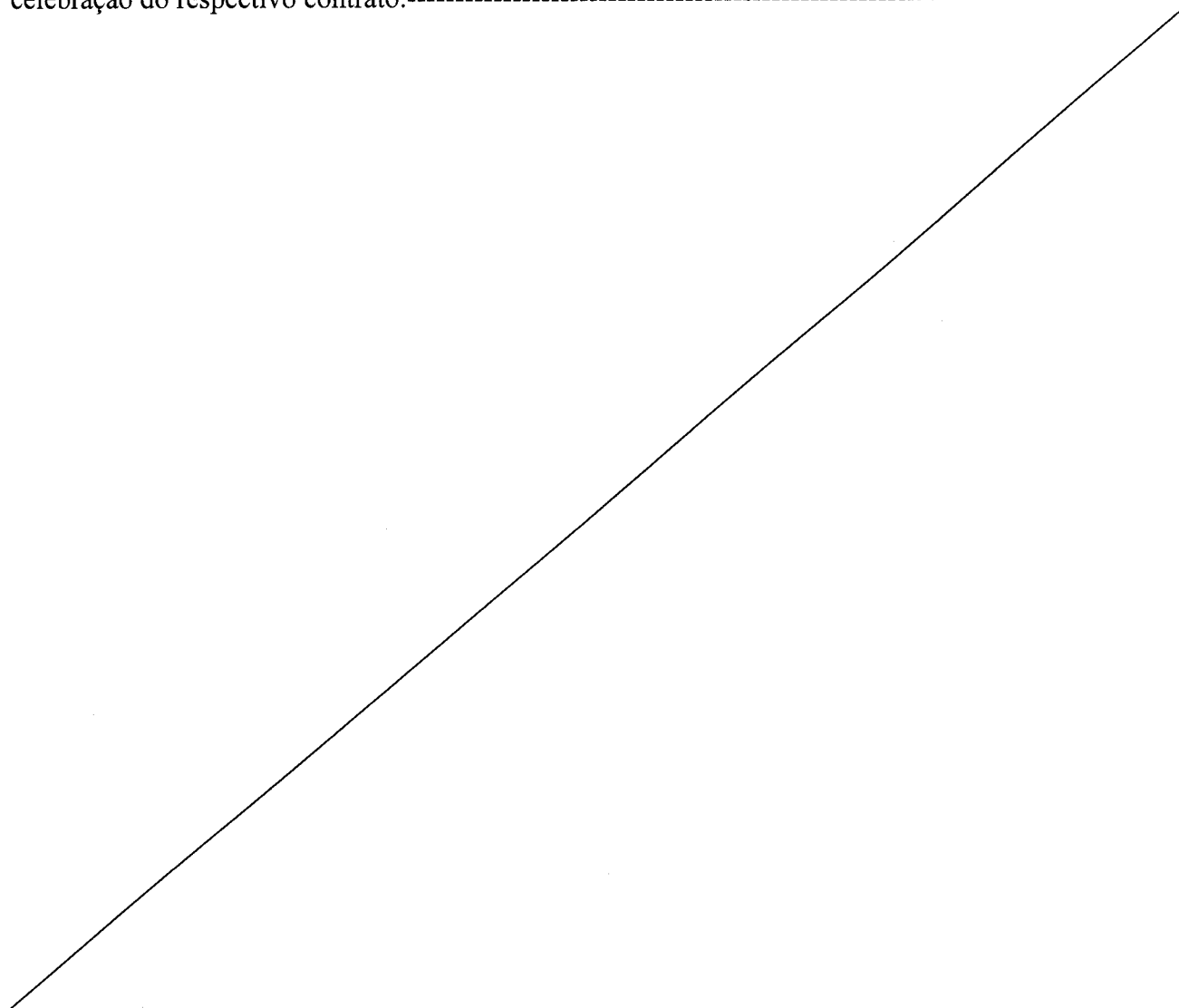
Câmara Municipal de Santo Tirso

7

**4. EMPREITADA: “UNIDADE DE SAÚDE DE AREIAS”: APROVAÇÃO DA MINUTA DO RESPECTIVO CONTRATO.**-----

Presente a minuta do contrato da empreitada acima referida, adjudicada por deliberação da câmara municipal de catorze de Abril findo, da qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da mesma, composto por oito folhas.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, aprovar a referida minuta e autorizar a celebração do respectivo contrato.-----





Ar

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

9

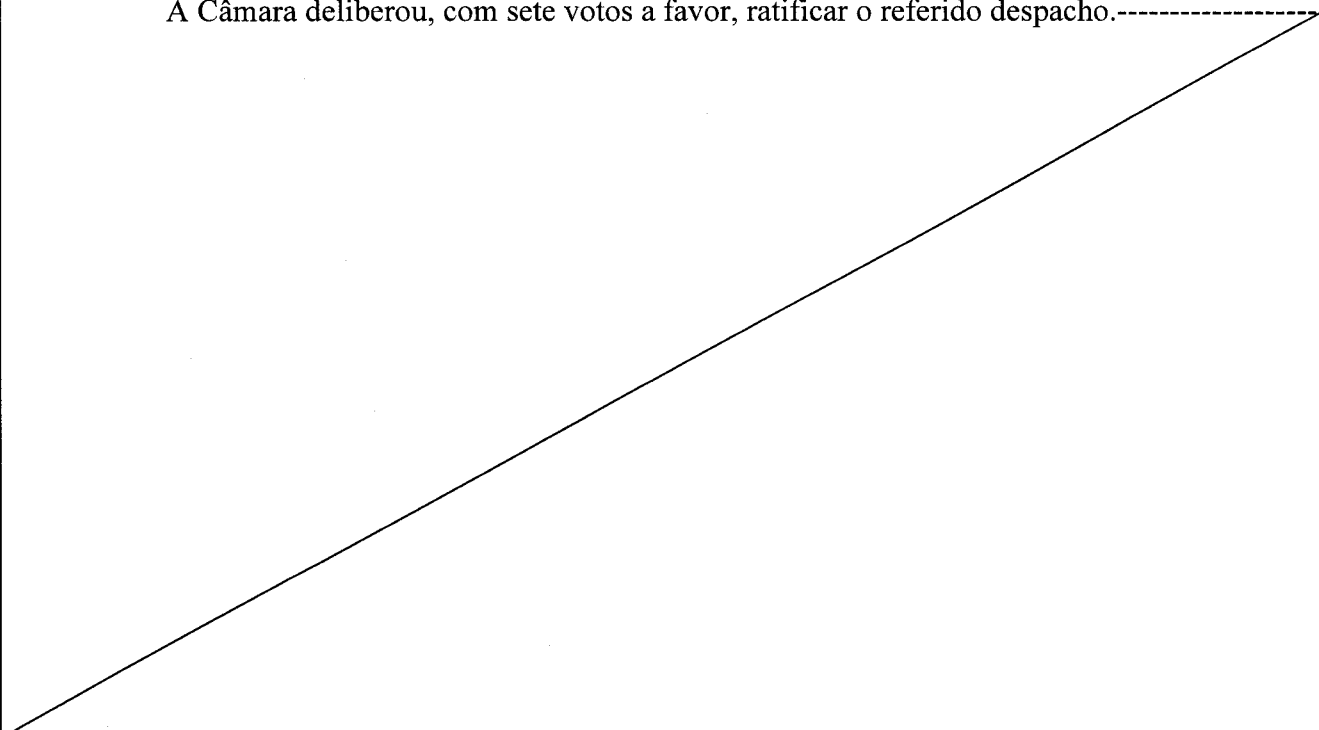
**5. EMPREITADA: “CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DA COSTA – RORIZ”: DECISÃO DE CONTRATAR: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.**-----

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara, de doze do corrente mês de Maio, proferido na sequência da deliberação da câmara municipal do passado dia cinco (item seis da respectiva acta), que decidiu proceder à abertura de procedimento por ajuste directo, com consulta a cinco entidades, para conclusão da obra referida nessa deliberação camarária.-----

Pelo referido despacho são aprovadas as peças do procedimento concursal, é aprovada a lista dos empreiteiros a consultar, é autorizada a realização da despesa inerente ao contrato de empreitada a celebrar e é designado o júri do respectivo procedimento.-----

O Senhor Presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, ratificar o referido despacho.-----



## DESPACHO

### Empreitada: "Construção do Centro Escolar da Costa – Roriz"

Engº António Alberto de Castro Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, decido, ao abrigo da competência excepcional prevista no artº 68º, nº 3, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, o seguinte:-----

1. Aprovar as peças do procedimento concursal acima referido, anexas à informação do Departamento de Obras Municipais de dez do corrente mês de Maio, registada no Sistema de Gestão Documental com o nº Doc\_4433/2010, e que são as seguintes:-----

a) Programa de Procedimento, composto por vinte e uma folhas;-----

b) Lista de todas as espécies de trabalhos necessárias à execução da obra a realizar e respectivo mapa de quantidades, incluindo trabalhos preparatórios ou acessórios (designado "Mapa de Quantidades", composto por sessenta e três folhas).-----

Os demais elementos que constituem o caderno de encargos, foram aprovados por meu despacho de quatro de Julho de dois mil e oito, proferido no procedimento relativo à empreitada denominada "Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância da Costa – Roriz", que foi ratificado pela Câmara Municipal em reunião de vinte e seis de Novembro do mesmo ano.---

Tais elementos mantêm-se para o novo procedimento, em virtude de se tratar da conclusão da mesma obra, sendo que o novo procedimento é aberto em consequência da caducidade do contrato de empreitada celebrado em 14 de Janeiro de 2009, por insolvência do empreiteiro, conforme consta da deliberação da Câmara Municipal de cinco do corrente mês de Maio.-----

O procedimento a adoptar é o ajuste directo, com a fundamentação constante da aludida deliberação da Câmara Municipal de cinco do corrente mês de Maio (item seis da respectiva acta), que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

2. Aprovar a lista dos empreiteiros a consultar, que se anexa ao presente despacho e dele fica a fazer parte integrante.-----

3. Autorizar a despesa inerente ao contrato de empreitada a celebrar, sendo que o valor para efeitos deste procedimento é de 1 141 468,92 € (um milhão

SISTEMA CERTIFICADO.



Serviços de Obras Públicas,  
Acção Social e Alimentação  
Desp. e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.021GR

## DESPACHO

20  
Ac  
[Signature]

cento e quarenta e um mil quatrocentos e sessenta e oito euros e noventa e dois cêntimos), mais IVA.-----

As despesas com a execução da obra serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010305, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento nº 1871/2010, de dez do corrente mês de Maio.-----

4. Designar o júri do respectivo procedimento com a seguinte composição:-----

### Membros efectivos:

Presidente: Engº Carlos António Nogueira Veloso, Director do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal;-----

Dra. Emília Cristina Campos Ramos Maia, Técnica Superior Jurista da Câmara Municipal;-----

Engª Maria Fernanda Pires de Lima da Silva Coelho, Chefe da Divisão de Edifícios da Câmara Municipal.-----

### Membros Suplentes:

Luís Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues, Vice-Presidente da Câmara Municipal;-----

Arquitecta Maria do Rosário Alves de Sousa Rocha, Chefe da Divisão de Estudos e Planeamento da Câmara Municipal.-----

O presente despacho, tem a seguinte fundamentação:-----

Conforme consta da informação de 26 de Abril finda da Senhora Vereadora Engª Ana Maria Moreira Ferreira, referida na aludida deliberação camarária de 5 do corrente mês de Maio, e que aqui se dá também por integralmente transcrita para todos os efeitos legais, o risco de não conclusão do novo edifício até ao início do novo ano lectivo 2010/2011 põe em causa o normal desenvolvimento das actividades escolares e o desejável ensino de qualidade, prejudicando os alunos e o respectivo sucesso educativo;-----

É urgente assim a abertura do novo procedimento;-----

A próxima reunião ordinária da Câmara Municipal é no próximo dia 19 do corrente mês de Maio;-----

## DESPACHO

21

Por razões de agenda é difícil reunir extraordinariamente o executivo municipal antes daquela data, acrescentando ainda que as reuniões extraordinárias acarretam despesas extras para o município;-----

Sucede que a própria Câmara Municipal já reconheceu a urgência da conclusão da obra.-----

Face ao exposto, foram tomadas as decisões acima referidas.-----

Remeta-se o presente despacho ao DOM para execução imediata, e à próxima reunião de Câmara para ratificação.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 12 de Maio de 2010

O Presidente,



Castro Fernandes

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**  
**ISO 9001**  
certificação  
acreditada

Serviços de Obras Particulares,  
Ação Social e Alojamento  
Gestão e Actividades de Gestão  
Administrativa Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.021GR



### Construção do Centro Escolar da Costa – Roriz

#### Lista de Empresas a Convidar

- Casais - Engenharia e Construção, S.A.
- Construbracara - Construções, Lda.
- Edinorte - Edificações Nortendas, S.A.
- Edibarra - Construções e Obras Públicas, Lda.
- Norlabor - Engenharia e Construção, S.A.



Ar

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

6

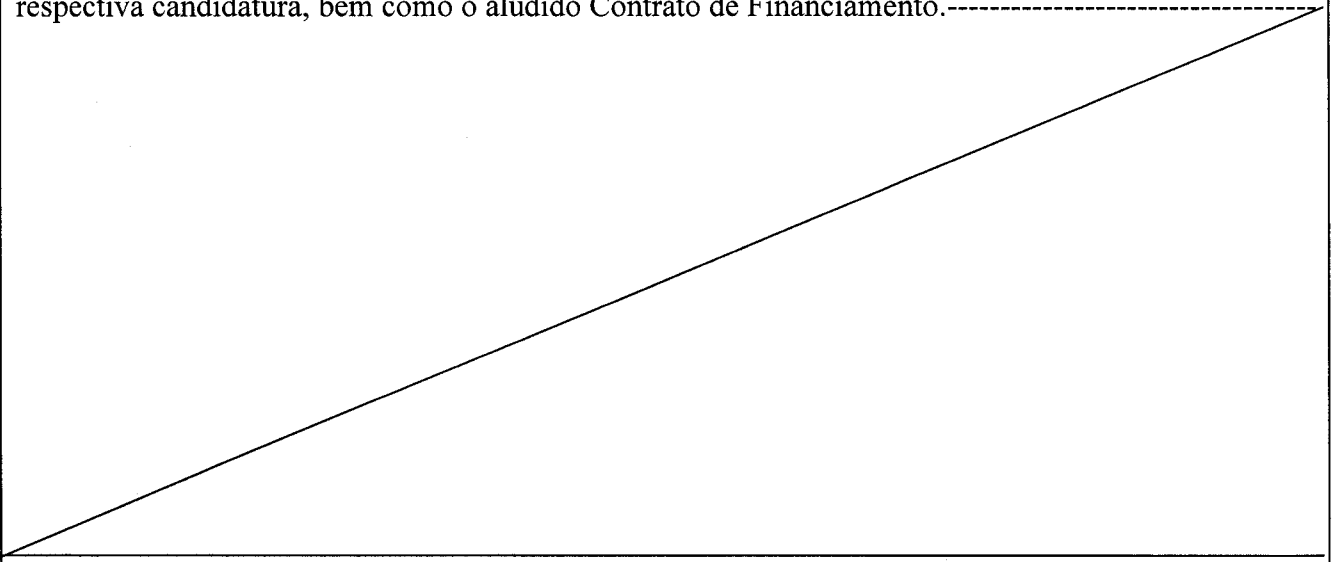
**6. CONTRATO DE FINANCIAMENTO CELEBRADO ENTRE A ÁREA METROPOLITANA DO PORTO E O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO PARA REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DESIGNADA “CENTRO ESCOLAR DA ERMIDA – S. MIGUEL DO COUTO”: RATIFICAÇÃO.**-----

Presente ofício de quinze de Março último, da Área Metropolitana do Porto, registado com o número três mil setecentos e quarenta e seis, a remeter o Contrato de Financiamento celebrado no dia quinze do mesmo mês, que tem por objecto financiar a operação designada por “Centro Escolar da Ermida – S. Miguel do Couto”.-----

O custo elegível da operação é de 741.480,75 € (setecentos e quarenta e um mil quatrocentos e oitenta euros e setenta e cinco centimos), que representa um comparticipação FEDER de 70%, que perfaz 519.036,53 € (quinhentos e dezanove mil e trinta e seis euros e cinquenta e três centimos).-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse ratificar o aludido Contrato de Financiamento, que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo III da mesma, composto por sete folhas.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, ratificar a decisão de apresentação da respectiva candidatura, bem como o aludido Contrato de Financiamento.-----





Ac

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

7

**7. CANDIDATURA APRESENTADA PELO MUNICÍPIO NO ÂMBITO DO FUNDO SOCIAL EUROPEU – TIPOLOGIA 2.3 - “FORMAÇÕES MODULARES CERTIFICADAS”: ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA DECISÃO DE APROVAÇÃO.**-----

Presente ofício da Comissão Directiva do Programa Operacional Potencial Humano, de sete do corrente mês de Maio, registado com o número cinco mil setecentos e sete, a comunicar que foi aprovada a candidatura acima referida (projecto 037913/2010/23), devendo a câmara municipal, de harmonia com o previsto no artigo 29º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de dez de Dezembro, devolver o respectivo termo de aceitação.-----

A candidatura apresenta um valor elegível total de 240.338,33 € (duzentos e quarenta mil trezentos e trinta e oito euros e trinta e três cêntimos), que serão comparticipados a 70% pelo POPH, o que representa um financiamento de 168.236,83 € (cento e sessenta e oito mil duzentos e trinta e seis euros e oitenta e três cêntimos), sendo a contrapartida da autarquia de 72.101,50 € (setenta e dois mil cento e um euros e cinquenta cêntimos).-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a sua decisão de apresentação, pelo município, da candidatura em causa, que foi aprovada em vinte e sete de Abril findo, e deliberasse aceitar as condições de aprovação da mesma, nos termos que constam da Decisão de Aprovação e Termo de Aceitação da Decisão de Aprovação, de que se juntam cópias à presente acta e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo o Anexo IV da mesma composto por cinco folhas.-----

A Câmara deliberou, com quatro votos a favor, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente. Abstiveram-se os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----

No momento da discussão do ponto que antecede, eram onze horas e vinte minutos, a reunião foi suspensa por um período de cerca de quinze minutos.-----





Ac

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

6

Pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Abstivemo-nos neste ponto sete da ordem de trabalhos, por duas ordens de razões:-----

1ª foram pedidos esclarecimentos quanto ao tipo de cursos / estruturas curriculares dos cursos e / ou acções de formação em concreto, esclarecimentos esses que não foram satisfeitos. Foram também pedidos esclarecimentos quanto a eventuais estudos desenvolvidos pela câmara no sentido de aferir se esta formação se adequava às necessidades das pessoas e principalmente do mercado de trabalho, nomeadamente no que respeita a todo o tecido empresarial e social do concelho de Santo Tirso.-----

Também aqui não fomos esclarecidos, isto para além da referência feita pelo Senhor Presidente que disse que “os estudos estão todos feitos”, mas não concretizou nenhum. Entendemos que os dinheiros públicos devem ser devida, correcta e rigorosamente aplicados, para melhorar as competências de pessoas, sempre com um único objectivo – permitir que elas possam ser utilizadas no complexo e exigente mercado de emprego e que devem ser potenciadoras da melhoria da competitividade que as empresas e as organizações sociais devem prosseguir”.-----

Seguidamente pelo Senhor Presidente e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente mais uma vez sem titubear, a candidatura às Formações Modulares Certificadas para:-----

- Secretariado e trabalho administrativo;-----
- Comércio;-----
- Protecção de pessoas e bens;-----
- Turismo e Lazer.-----

Votamos esta formação porque a mesma complementa o processo de Certificação dos Adultos inscritos no C.N.O. essencialmente na Área de Inglês e das Tecnologias de Informação o que



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

permitirá que dentro da Certificação Global os adultos obtenham certificações parciais valorizando o seu currículo e a sua integração no Mercado de Trabalho.-----

Acresce que um investimento elegível desta envergadura (240.338,33 € ) apenas obriga à contrapartida municipal de cerca de 30% (72.101,50 €) abrangendo, e isso é o mais importante, 450 formandos o que é extremamente importante para a nossa região.-----

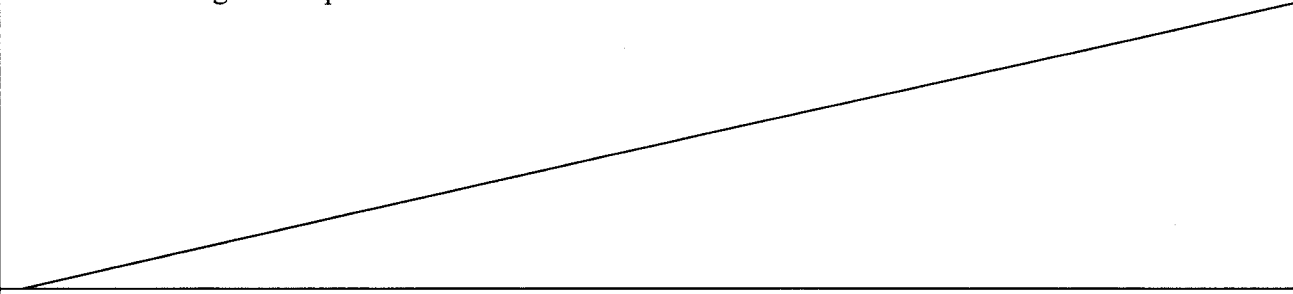
Recordamos também que esta candidatura foi aprovada como resultado do sucesso do Centro de Novas Oportunidades da Câmara Municipal de Santo Tirso e do esforço que vem sendo desenvolvida mesmo na área das T.I.I. (Tecnologia, Inovação e Iniciativa).-----

Como é óbvio a apresentação desta candidatura resultou de um trabalho prévio do CNO que monitorizou e identificou as necessidades em termos de Formações Modulares e integrou os trabalhos já desenvolvidos nesta área.-----

Pelo que não entendemos as resistências e dúvidas permanentes que se levantam quando está em causa a tomada de decisões em defesa dos interesses dos tirsenses, nomeadamente quanto à ajuda da resolução dos seus problemas de emprego.-----

Recordamos, só para terminar, o enorme êxito que tem constituído a entrega dos certificados da habilitação aos formandos do CNO e do protocolo com o Citeve / Microsoft num trabalho de mais de cinco anos.-----

Por fim declaramos que a aplicação de dinheiros públicos é correctamente feita até porque somos tutelados e fiscalizados pela União Europeia (F.S.E – Fundo Social Europeu), pelo Governo da República (através dos Ministérios do Trabalho e da Educação) e pelo QREN no âmbito do POPH – Programa Operacional de Potencial Humano”.-----





Ar  
D

**8. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE GRANITIRSO – MÁRMORES E GRANITOS DE SANTO TIRSO LDA: PROPOSTA DE COMPRA DE LOTE N.º 2 DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL MUNICIPAL.-----**

Presente requerimento de seis do corrente mês de Maio, da sociedade Granitirso – Mármores e Granitos de Santo Tirso Lda, registado com o número cinco mil seiscentos e trinta e cinco, a comunicar que aceita as condições de compra do lote n.º 2 do loteamento Industrial Municipal que lhe foram comunicadas pelo ofício da câmara municipal número seis mil cento e setenta e um, de dezanove de Março último.-----

Do expediente consta informação da Directora do Departamento Administrativo de dez do corrente mês de Maio, registada com o número cinco mil novecentos e setenta, a remeter minuta do Contrato-Promessa de compra e venda a celebrar com a Sociedade acima identificada.-----

Pelo Senhor Presidente foram apresentadas as seguintes propostas:-----

A) Que a câmara delibere vender à Sociedade Granitirso – Mármores e Granitos de Santo Tirso Lda, pessoa colectiva número 504 174 940, pelo preço de 179.766,00 € (cento e setenta e nove mil setecentos e sessenta e seis euros) o lote n.º 2 do Loteamento Industrial Municipal, com a área de 4.208,00 m<sup>2</sup> (quatro mil duzentos e oito metros quadrados), sito no lugar de Fontiscos, da freguesia e concelho de Santo Tirso, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 5338 (cinco mil trezentos e trinta e oito) a confrontar de Norte com Caminho Público, de Sul com Arruamento do Loteamento, de Nascente com o lote 2-A e do Poente com o lote 1, melhor identificado na planta anexa à minuta de Contrato-Promessa de compra e venda, que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas, e nas demais condições constantes dessa minuta.-----

B) Que a Câmara Municipal delibere revogar expressamente a deliberação camarária de três de Setembro de dois mil e três (item vinte e dois) em virtude do então interessado neste lote nunca ter comparecido para celebrar o respectivo contrato-promessa de compra e venda.-----

As propostas foram aprovadas com sete votos a favor.-----

AR  
d

**MINUTA DE**  
**CONTRATO - PROMESSA DE COMPRA E VENDA**

(Lote 2 do Loteamento Industrial Municipal)

**Outorgantes:**

**Primeiro** - Engenheiro António Alberto de Castro Fernandes, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, residente na Rua S. Bento da Batalha, nº 55, freguesia e concelho de Santo Tirso, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, o qual outorga em nome e representação do respectivo Município, pessoa colectiva territorial com o número de contribuinte 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, ao abrigo da competência prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

**Segundo** - José Maria Pinto Rodrigues, casado, natural da freguesia da Carreira, concelho de Vila Nova de Famalicão, onde reside na Rua de Santiago, nº 67, portador do Bilhete de Identidade número \_\_\_\_\_, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, o qual outorga na qualidade de sócio gerente da sociedade GRANITIRSO - Mármore e Granitos de Santo Tirso Lda., Pessoa Colectiva nº 504 174 940, com sede na Zona Industrial Municipal de Fontiscos, freguesia e concelho de Santo Tirso, matriculada sob o mesmo número na Conservatória do Registo Comercial de \_\_\_\_\_, com o capital social de \_\_\_\_\_.-----

PELO PRIMEIRO OUTORGANTE FOI DITO:-----

- Que o município de Santo Tirso, que aqui representa, é proprietário e legítimo possuidor do lote nº 2 do Loteamento Industrial Municipal, com a área de 4.208,00 m2 (quatro mil duzentos e oito metros quadrados), sito no Lugar de Fontiscos, freguesia e concelho de Santo Tirso, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 5338 (cinco mil trezentos e trinta e oito), que é a destacar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 01079/020692 e do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Trofa sob o número 00848/290389 (zero zero oito quatro oito/dois nove zero três oito nove), da freguesia de S. Martinho de Bougado, sendo 2.517,50 m2 (dois mil quinhentos e dezassete vírgula cinquenta metros quadrados) do primeiro prédio e 1.690,50 m2 (mil seiscientos e noventa vírgula cinquenta metros quadrados) do segundo prédio, delimitado na planta que se anexa ao presente contrato e dele fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais.-----

- Que, pelo presente contrato, e de harmonia com a deliberação da câmara municipal de Santo Tirso de \_\_\_\_\_, promete vender, livre de ónus e encargos, o referido lote à representada do segundo outorgante, segundo as seguintes condições:-----

**Primeira** - O preço do referido lote é de **179.766,00 €** (cento e setenta e nove mil setecentos e sessenta e seis euros), que será pago da seguinte forma:-----

**a) 60.000,00 €** (sessenta mil euros) no acto da assinatura do presente contrato, a título de sinal e princípio de pagamento;-----

Acr

b) O restante do preço, no montante **119.766,00 €** (cento e dezanove mil setecentos e sessenta e seis euros) no acto da assinatura do contrato definitivo de compra e venda.----

**Segunda** – O contrato definitivo de compra e venda será celebrado logo que o primeiro outorgante avise a representada do segundo, por carta registada expedida com aviso de recepção, com a antecedência mínima de 10 dias úteis.-----

**Terceira** - O lote prometido vender destina-se à construção de um edifício destinado à instalação de uma indústria de serragem, corte e acabamento de pedra, para funcionar como sector autónomo da produção da representada do segundo outorgante que tem instalações do lote nº 18 do mesmo loteamento.-----

**Quarta** – A construção deverá respeitar o previsto no Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Fontiscos, ratificado pela Portaria 559/93, de 31 de Maio, as especificações do respectivo Loteamento e demais normas legais e regulamentares em vigor.-----

**Quinta** - A construção do edifício referido na cláusula terceira deverá ser iniciada no prazo máximo de dois anos a contar da data da celebração do contrato definitivo de compra e venda, sob pena de aplicação da penalidade prevista no nº 17 do Edital aprovado em reunião camarária de vinte e um de Maio de mil novecentos e noventa e dois e homologado em sessão da Assembleia Municipal de um de Julho do mesmo ano (pagamento da quantia mensal de oito mil novecentos e oitenta e oito euros enquanto durar o incumprimento).-----

**Sexta** – O prazo previsto na cláusula anterior poderá ser prorrogado por despacho do Presidente da Câmara Municipal, mediante pedido fundamentado da compradora, até ao máximo de um ano.-----

**Sétima** - A representada do segundo outorgante entra de imediato, na posse do lote prometido vender, podendo usá-lo para os fins referidos na cláusula Terceira, nomeadamente podendo proceder aos estudos que se mostrem necessários à elaboração do respectivo projecto de construção, requerer junto da Câmara Municipal de Santo Tirso licença ou autorização de construção, bem como proceder à respectiva construção.-----

**Oitava** - Caso a representada do segundo outorgante, devidamente notificada para a celebração do contrato definitivo de compra e venda nos termos da cláusula Segunda, não compareça no dia e hora indicados, nem apresente justificação devidamente fundamentada, será novamente notificada para celebrar a escritura no prazo de trinta dias, mas com um agravamento de três por cento da parte do preço em falta. E assim sucessivamente até um prazo máximo de seis meses.-----

**Nona** - Não obstante a existência de sinal, o presente contrato fica sujeito ao regime da execução específica.-----

PELO SEGUNDO OUTORGANTE FOI DITO:-----

- Que aceita para a sua representada o presente contrato nos seus precisos termos, e que

Ar  
[Signature]

por sua vez promete comprar o lote atrás identificado e segundo as condições acima estabelecidas-----

Lido e achado conforme, o vão assinar, rubricando a planta anexa.-----

Arquiva-se: Documento emitido pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em \_\_\_\_\_, comprovativo do pagamento do IMT devido (documento nº \_\_\_\_\_).-----

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

*Ar*  
*d*  
*Sp*





AE  
*[Handwritten signature]*

**9. AQUISIÇÃO DE TERRENOS DESTINADOS À EXECUÇÃO DO PROJECTO DENOMINADO “EN 105 – REMODELAÇÃO DO NÓ DA VARIANTE DE SANTO TIRSO (PONTE DE FRÁDEGAS)”: PARCELAS 1, 2 E 3, PROPRIEDADE DE JOSÉ AUGUSTO COSTA E SÁ FREITAS MONTEIRO.**-----

Presente informação de treze do corrente mês de Maio, da Directora do Departamento Administrativo, registada com o número cinco mil novecentos e oitenta e quatro, a comunicar o resultado das negociações efectuadas com o proprietário das parcelas identificadas na planta parcelar do projecto relativo à obra acima identificada com os números um, dois e três.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Por deliberação da câmara municipal de vinte e quatro de Fevereiro último foi tomada a Resolução de Expropriar os terrenos necessários à execução da obra acima identificada;-----

Entretanto, em cumprimento do disposto no artigo 11º do Código das Expropriações, tentou-se a aquisição dos terrenos pela via do direito privado;-----

Considerando as vantagens inerentes para o interesse público na aquisição dos terrenos pela via do direito privado, quer em termos de celeridade processual, quer no que se refere à economia de custos administrativos com o processo de expropriação;-----

Considerando que a execução daquela obra já está prevista no Plano de Investimentos da EP – Estradas de Portugal, S.A., que pretende lançar a obra a concurso ainda no primeiro semestre deste ano;-----

Considerando o teor da referida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Proponho que a Câmara delibere adquirir as parcelas de terreno abaixo descritas, pelo preço global de 320.000,00 € (trezentos e vinte mil euros), incluindo neste montante as benfeitorias existentes nas parcelas, descritas no documento registado no Sistema de Gestão Documental com o número quatro mil duzentos e cinquenta e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais, sendo da responsabilidade do respectivo proprietário a reposição das benfeitorias





AC

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

7

nas partes sobrantes e sendo também da sua responsabilidade mandar cortar as árvores existentes nas parcelas, ficando com a madeira das mesmas.-----

PARCELAS A ADQUIRIR A JOSÉ AUGUSTO COSTA E SÁ FREITAS MONTEIRO, contribuinte número 157 540 596.-----

**Parcela 1** - Parcela de terreno com a área de 4.612,6 m<sup>2</sup> (quatro mil seiscentos e doze vírgula seis metros quadrados), sita no lugar da Quinta do Penedo, freguesia e concelho de Santo Tirso, a confrontar de Norte com a Rua de Real, de Sul com parte sobranço do prédio, de Nascente com a Variante à EN 105 e do Poente com a Rua Ponte de Frádegas, que corresponde ao prédio urbano inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 530 (quinhentos e trinta) e parte a desanexar do prédio rústico inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 76 (setenta e seis), sendo desconhecidas as respectivas descrições na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso, identificada com o número um na planta cadastral que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo V da mesma, sendo que se atribui às benfeitorias existentes na parcela o valor de 87.095,00 € (oitenta e sete mil e noventa e cinco euros), e ao terreno o valor de 66.394,00 € (sessenta e seis mil trezentos e noventa e quatro euros);-----

**Parcela 2** - Parcela de terreno com a área de 7.143,00 m<sup>2</sup> (sete mil cento e quarenta e três metros quadrados), sita no referido lugar da Quinta do Penedo, a confrontar de Norte, Sul e Nascente com a parte sobranço do prédio e do Poente com a Variante à EN 105, que é a desanexar do referido prédio rústico inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 76 (setenta e seis), identificada com o número 2 na mesma planta cadastral, sendo que se atribui às benfeitorias existentes na parcela o valor de 25.561,00 € (vinte e cinco mil quinhentos e sessenta e um euros) e ao terreno o valor de 96.913,76 € (noventa e seis mil novecentos e treze euros e setenta e seis cêntimos);-----

**Parcela 3** - Parcela de terreno com a área de 2.044 m<sup>2</sup> (dois mil e quarenta e quatro metros quadrados), sita no referido lugar da Quinta do Penedo, a confrontar de Norte com a EN 105 e a Rua de Covas, e dos restantes lados com parte sobranço do prédio, que é a desanexar do mesmo prédio rústico inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 76 (setenta e seis), identificada com o



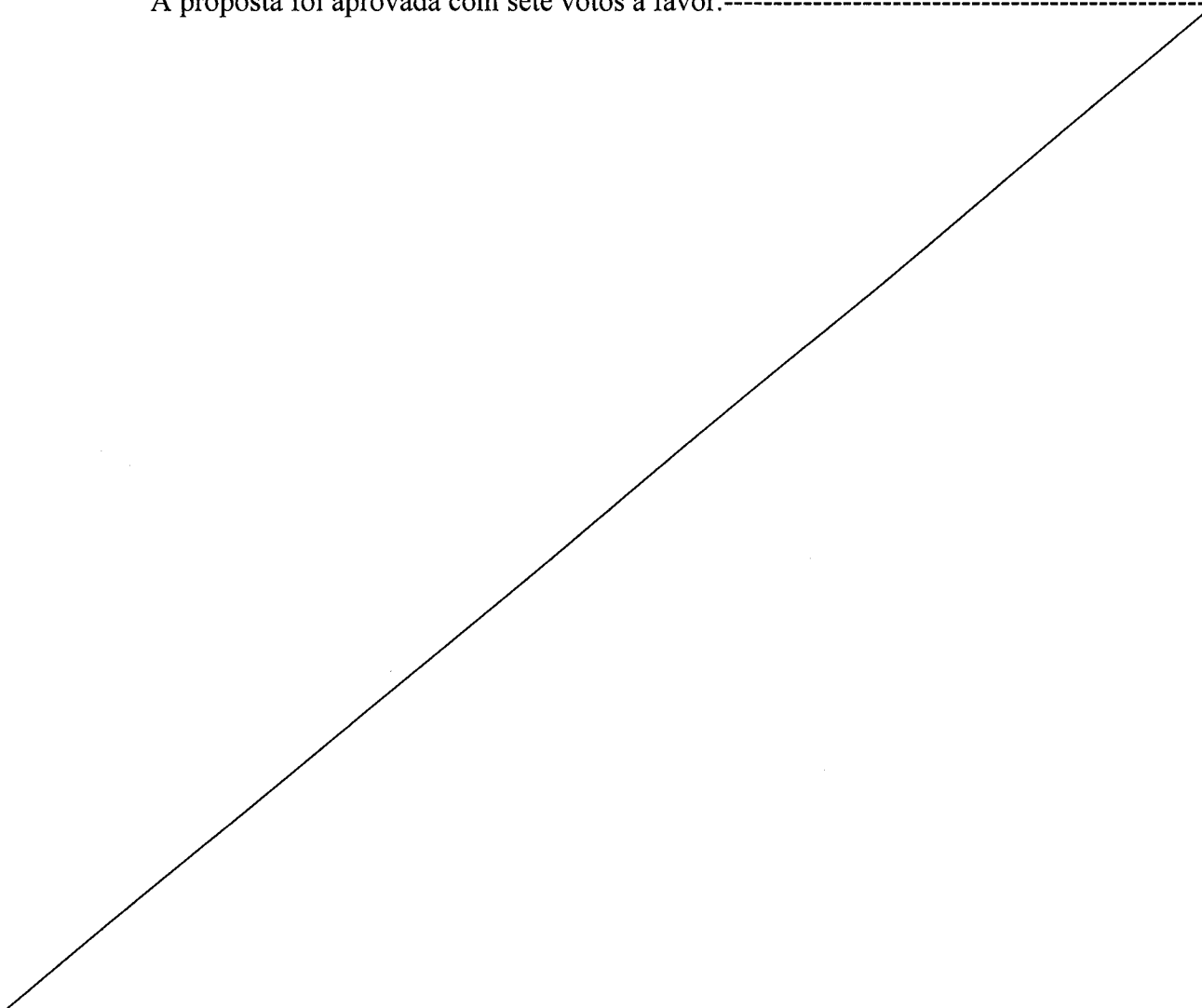
Al

77

número 3 na mesma planta cadastral, sendo que se atribui às benfeitorias existentes na parcela o valor de 16.524,00 € (dezasseis mil quinhentos e vinte e quatro euros) e ao terreno o valor de 27.512,24 € (vinte e sete mil quinhentos e doze euros e vinte e quatro cêntimos).-----

As despesas com a aquisição destas parcelas de terreno serão suportadas pelas rubricas orçamentais com as classificações económicas 070101 e 06020305, nas quais tem cabimento, conforme propostas de cabimento números 601/2010 e 1959/2010, de 23 de Fevereiro último e dezoito do corrente mês de Maio, respectivamente.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





*At*

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

*7*

**10. AQUISIÇÃO DE TERRENOS DESTINADOS À EXECUÇÃO DO PROJECTO DENOMINADO “REABILITAÇÃO DAS MARGENS DO AVE” – PARCELA 2 – PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO AO ARRENDATÁRIO.**-----

Presente informação da Directora do Departamento Administrativo, de dez do corrente mês de Maio, registada com o número cinco mil seiscentos e oitenta e um, a remeter minuta de Acordo a celebrar com Carlos Manuel Pinheiro Figueiredo, arrendatário do rés-do-chão do prédio urbano sito no lugar de Além Rio, freguesia e concelho de Santo Tirso, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 655 (seiscentos e cinquenta e cinco), da qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes três folhas.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse pagar a Carlos Manuel Pinheiro Figueiredo, contribuinte número 214 888 665, uma indemnização no montante de 16.500,00 € (dezasseis mil e quinhentos euros), pela cessação do respectivo contrato de arrendamento, nas condições constantes da minuta de acordo anexa.-----

O pagamento da referida indemnização será feito pela rubrica orçamental com a classificação económica 06020305, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1949/2010 de dezoito do corrente mês de Maio.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

*[A large diagonal line is drawn across the bottom half of the page, likely indicating a signature or a mark.]*

Ac

77

MINUTA DE  
ACORDO

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de dois mil e dez, no Departamento Administrativo da Câmara Municipal de Santo Tirso, entre o **município de Santo Tirso**, representado pelo respectivo Presidente da Câmara, Eng.º António Alberto de Castro Fernandes, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, residente na Rua S. Bento da Batalha, nº 55, freguesia e concelho de Santo Tirso, aqui designado por **primeiro outorgante**, e Carlos Manuel Pinheiro Figueiredo, \_\_\_\_\_, natural da freguesia de \_\_\_\_\_, concelho de \_\_\_\_\_, residente na rua de Aldeia Nova, nº 455, freguesia de Burgães, deste concelho, portador do bilhete de identidade número \_\_\_\_\_, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa em \_\_\_\_\_, contribuinte fiscal número \_\_\_\_\_, aqui designado por **segundo outorgante**, é celebrado o presente Acordo: --

**Primeiro:** O município de Santo Tirso vai executar a obra denominada "PRU – Percurso nas Margens do Ave – Renaturalização e Requalificação da Frente de Rio em Santo Tirso", cujo projecto foi aprovado em reunião da câmara municipal de vinte e quatro de Fevereiro último, para o que se mostra necessário demolir o prédio urbano sito no Lugar de Além Rio, da cidade de Santo Tirso, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 655 (seiscentos e cinquenta e cinco) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 2462/20011002 (dois quatro seis dois/dois zero zero um um zero zero dois, que foi adquirido pelo município de Santo Tirso por contrato de compra e venda celebrado em vinte e um de Abril de 2010. -----

Ar  
df

**Segundo:** No rés-do-chão do identificado prédio e terreno anexo, o segundo outorgante tem instalado um armazém de materiais de iluminações para festas e romarias, para o exercício da actividade de \_\_\_\_\_, que ocupa na sequência do Contrato-Promessa de Arrendamento celebrado em dezoito de Outubro de 2005 entre o aqui segundo outorgante e Regina Maria Alves Bentes de Fonseca Cardoso Machado, que vendeu o identificado prédio ao município de Santo Tirso.-----

**Terceiro:** Que em consequência da caducidade do contrato de arrendamento motivada pela demolição do identificado prédio, o município de Santo Tirso, conforme deliberação camarária de \_\_\_\_\_, aceita pagar ao segundo outorgante uma indemnização no montante de 16.500,00 € (dezasseis mil e quinhentos euros), nos seguintes termos: -----  
a) 6.625,00 € (seis mil e seiscentos e vinte e cinco euros), nesta data; -----  
b) 9.750,00 € (nove mil setecentos e cinquenta euros), logo que o segundo outorgante entregue ao Município de Santo Tirso o local arrendado, livre de pessoas e bens, de modo a permitir que a Câmara Municipal proceda à demolição do prédio em causa.-----

c) Os restantes 125,00 € (cento e vinte e cinco euros) correspondem à renda que o segundo outorgante deveria pagar ao município pela ocupação do prédio em causa, relativa ao mês de Junho de 2010.-----

**Quarto:** O segundo outorgante obriga-se a deixar o local arrendado até ao dia 31 de Junho de 2010.-----

**Quinto:** O incumprimento da obrigação prevista na cláusula anterior confere ao município de Santo Tirso o direito de ser indemnizado pelos

AC

7

prejuízos causados com eventuais atrasos na execução da obra, a calcular nos termos gerais de direito, sem prejuízo do direito de usar dos meios legalmente previstos para a desocupação da parte do prédio arrendada e demolição do respectivo prédio.-----

**Sexto:** Na eventualidade do segundo outorgante entregar o prédio ao município antes da data referida na cláusula quarta, terá direito ao pagamento do montante referido na alínea c) da cláusula terceira, na totalidade ou em parte, consoante o período de tempo que o prédio estiver por si ocupado.-----

Assim o disseram e outorgaram. -----

Pelo segundo outorgante foi dito ainda que recebeu nesta data a importância referida na alínea a) da cláusula terceira, de que dá quitação. --

O presente Acordo foi elaborado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das partes. -----

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



Al

77

**11. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COMPLEXO HABITACIONAL DE RINGE – PROJECTO “CÓDIGOS DE VIDA”: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO.**-----

Presente ofício de um de Março último, da Associação de Moradores de Complexo Habitacional de Ringe, registado com o número três mil trezentos e trinta, a solicitar a continuação do apoio da câmara municipal ao projecto “Códigos de Vida”, que tem por objectivo a reinserção de toxicodependentes abstinentes, promovendo a aquisição de competências sociais e pessoais, sensibilizar a sociedade no sentido de facilitar este processo e criar condições facilitadoras para a sua inserção profissional.-----

O expediente vem informado pela Divisão de Acção Social, conforme informação registada com o número cinco mil novecentos e setenta e sete, que propõe a atribuição de um subsidio anual à Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe, no montante de 3.600,00 € (três mil e seiscentos euros), para apoio ao arrendamento duma habitação sita em S. Tiago da Carreira.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal, na qualidade de parceiro do Programa de Respostas Integradas, promovido por duas instituições do concelho, Cruz Vermelha e a identificada Associação, Programa esse que foi aprovado pelo Instituto da Droga e Toxicodependência, e no seguimento do que foi deliberado em vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e nove, deliberasse atribuir à Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe um subsidio anual no montante de 3.600,00 € (três mil e seiscentos euros) para apoio ao arrendamento da referida habitação.-----

As despesas inerentes a esta deliberação serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 1925/2010, de 13 do corrente mês de Maio.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



Ar

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

7

## **12. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS DO CONCELHO DE SANTO TIRSO-----**

Pelo Senhor Presidente foram apresentadas as seguintes propostas:-----

Considerando os fins benemerentes e humanitários prosseguidos pelas associações de bombeiros voluntários, fins que justificam que por parte do município lhes seja dado todo o apoio em ordem a dotá-las dos meios indispensáveis à consecução dos objectivos altruístas para que foram criadas;-----

Considerando a escassez de receitas disponíveis nos orçamentos anuais daquelas associações para fazer face às necessidades das mesmas em dotar os seus corpos de bombeiros de eficazes meios operacionais;-----

Considerando que faz parte das atribuições do município, no âmbito da Protecção Civil, o apoio à aquisição de equipamentos para bombeiros voluntários;-----

Considerando que as reais necessidades de cada associação de bombeiros voluntários do Concelho de Santo Tirso não são iguais;-----

Considerando o apoio dado pela Câmara Municipal às E.I.P. (Equipas de Intervenção Permanente) das Corporações de Bombeiros em 2009 e os acordos então estabelecidos com vista à compensação pela entrada em funcionamento no início do ano.-----

Considerando que as respectivas Direcções são merecedoras da confiança da Câmara Municipal de Santo Tirso, pois sempre souberam honrar os fins das associações que dirigem, prestando relevantes serviços à comunidade e actuando de forma a dignificar a função social do bombeiro;-----

Proponho que a Câmara Municipal de Santo Tirso, por ocasião das comemorações do Dia Municipal do Bombeiro, que terá lugar no próximo dia vinte e nove de Maio, delibere atribuir a cada uma das Associações de Bombeiros Voluntários do Concelho de Santo Tirso os seguintes subsídios:--

A) Um subsidio anual no montante de 11.000 € (onze mil euros) a cada uma das associações;-----





*Ac*

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

*7*

B) Os seguintes subsídios:-----

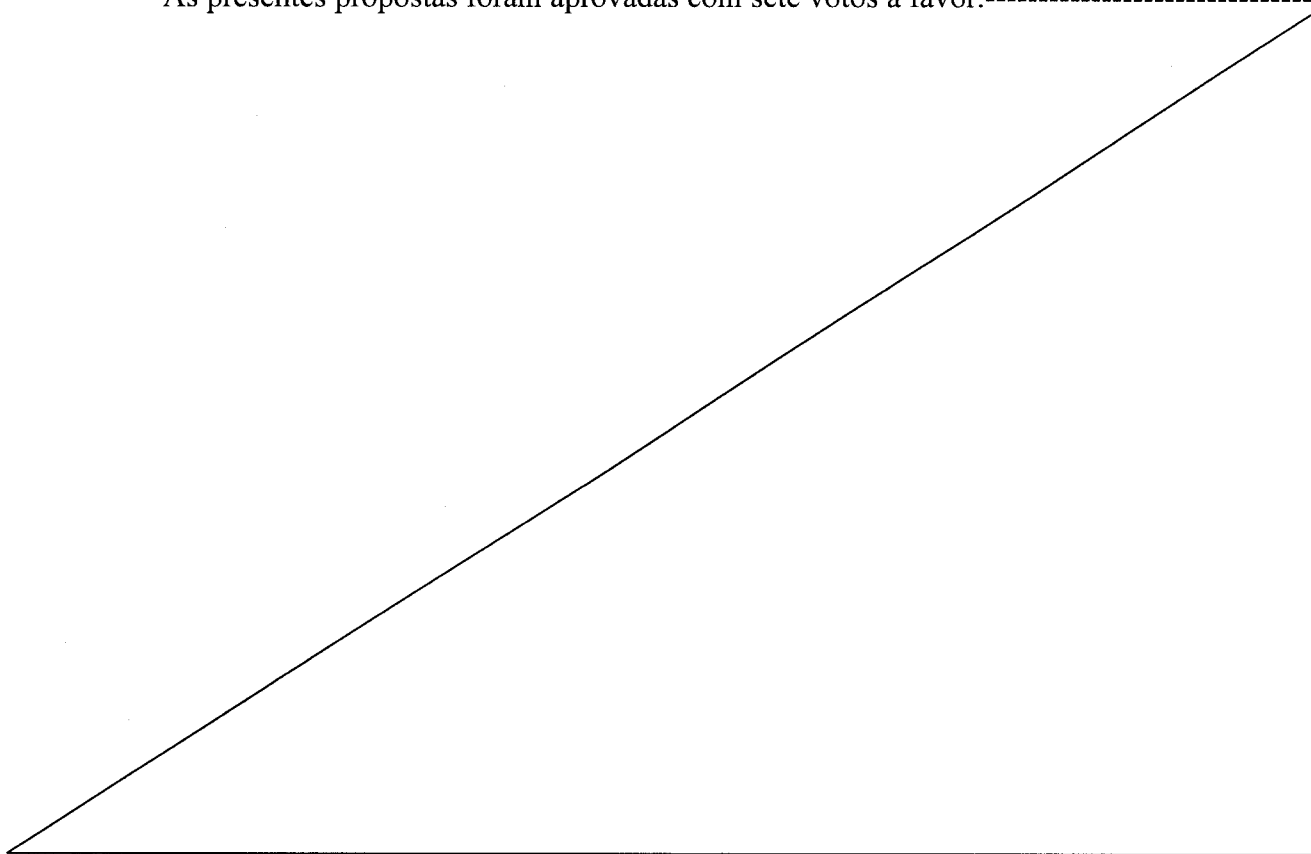
1- ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS  
TIRSENSES - um subsídio no montante de 31.305 € (trinta e um mil trezentos e cinco euros);-----

2- ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SANTO  
TIRSO – um subsídio no montante de 36.240 € (trinta e seis mil duzentos e quarenta euros);-----

3- ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA  
DAS AVES – um subsídio no montante de 31.305 € (trinta e um mil trezentos e cinco euros).-----

Estes subsídios destinam-se a ajudar a custear as despesas com a aquisição de material e equipamento logístico e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente, ficando ao critério de cada Associação de Bombeiros decidir qual o equipamento a adquirir com vista ao reforço da sua capacidade operacional.-----

As presentes propostas foram aprovadas com sete votos a favor.-----





At

97

**13. OUTROS SUBSÍDIOS.**-----

**A) À JUNTA DE FREGUESIA DE REBORDÕES – Reconstrução de muro de suporte na Rua Fernandes da Quintinha.**-----

Presente ofício de doze de Janeiro último, da Junta de Freguesia de Rebordões, registado com o número quatrocentos e noventa e sete, a solicitar a atribuição de um subsidio para custear as despesas com as obras de Reconstrução de um muro de suporte na Rua Fernandes da Quintinha, que apresenta perigo de ruína.-----

A Divisão de Vias informa qual a solução técnica para a resolução do problema e apresenta lista dos trabalhos a realizar, cuja estimativa orçamental é de 17.045,96 € (dezassete mil e quarenta e cinco euros e noventa e seis cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Rebordões, um subsidio no montante de 17.045,96 € (dezassete mil e quarenta e cinco euros e noventa e seis cêntimos) para custear as despesas com a obra acima referida, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

As respectivas despesas serão satisfeitas pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1941/2010 de catorze do corrente mês de Maio.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



Al

67

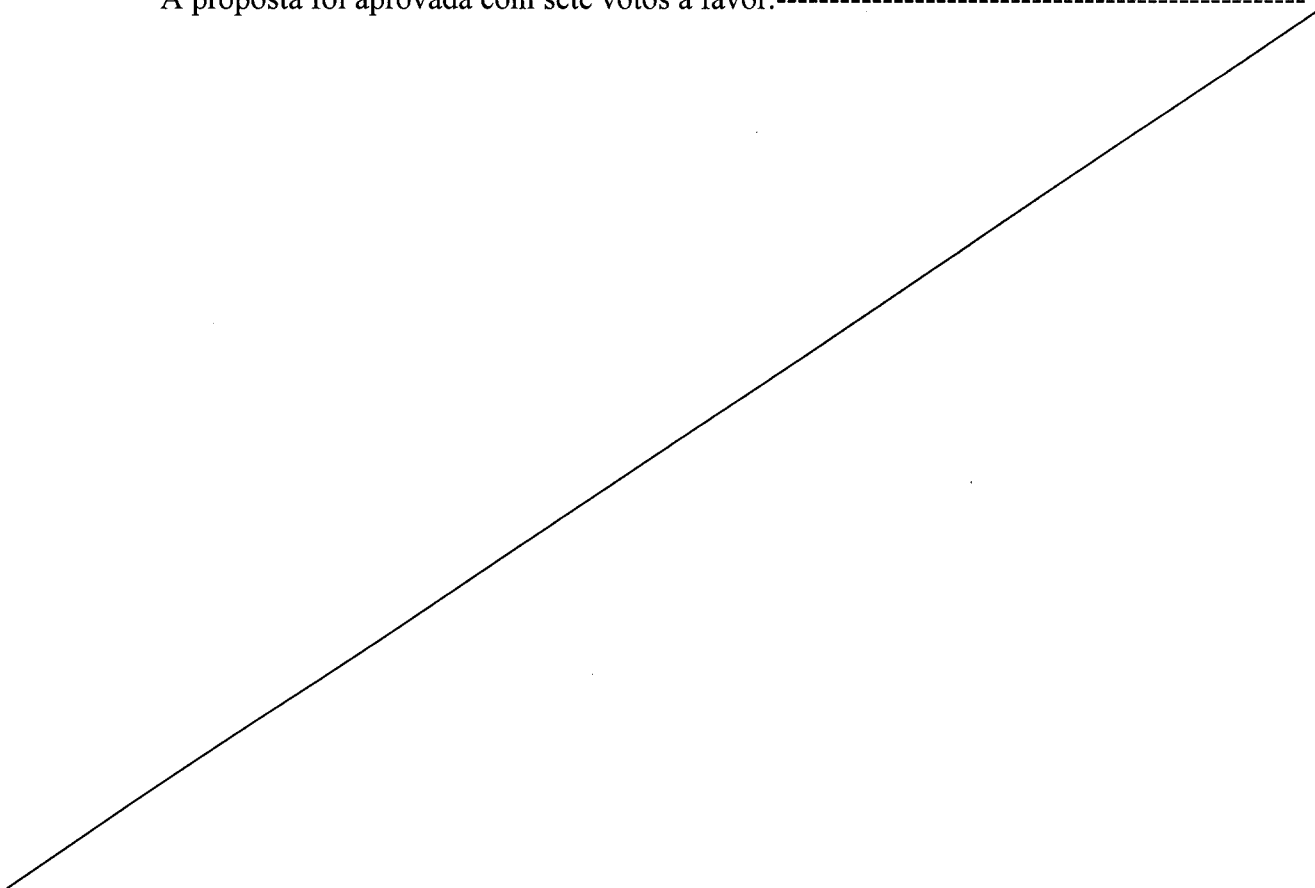
**13. B) À JUNTA DE FREGUESIA DE VILA DAS AVES – FESTAS DA VILA-----**

Presente officio de vinte de Janeiro último, da Junta de Freguesia de Vila das Aves, registado com o número dois mil duzentos e onze, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização das “Festas da Vila”, a realizar pela referida Junta, que decorreram de três a cinco de Abril findo.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Vila das Aves um subsídio no montante de 5.000,00 € (cinco mil euros).-----

As despesas com a atribuição do presente subsidio serão satisfeitas pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1975/2010, de dezoito do corrente mês de Maio.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





Ar

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

47

**13. C) À JUNTA DE FREGUESIA DE VILARINHO – Rede de Drenagem de Águas Pluviais na Rua da Manguela.**-----

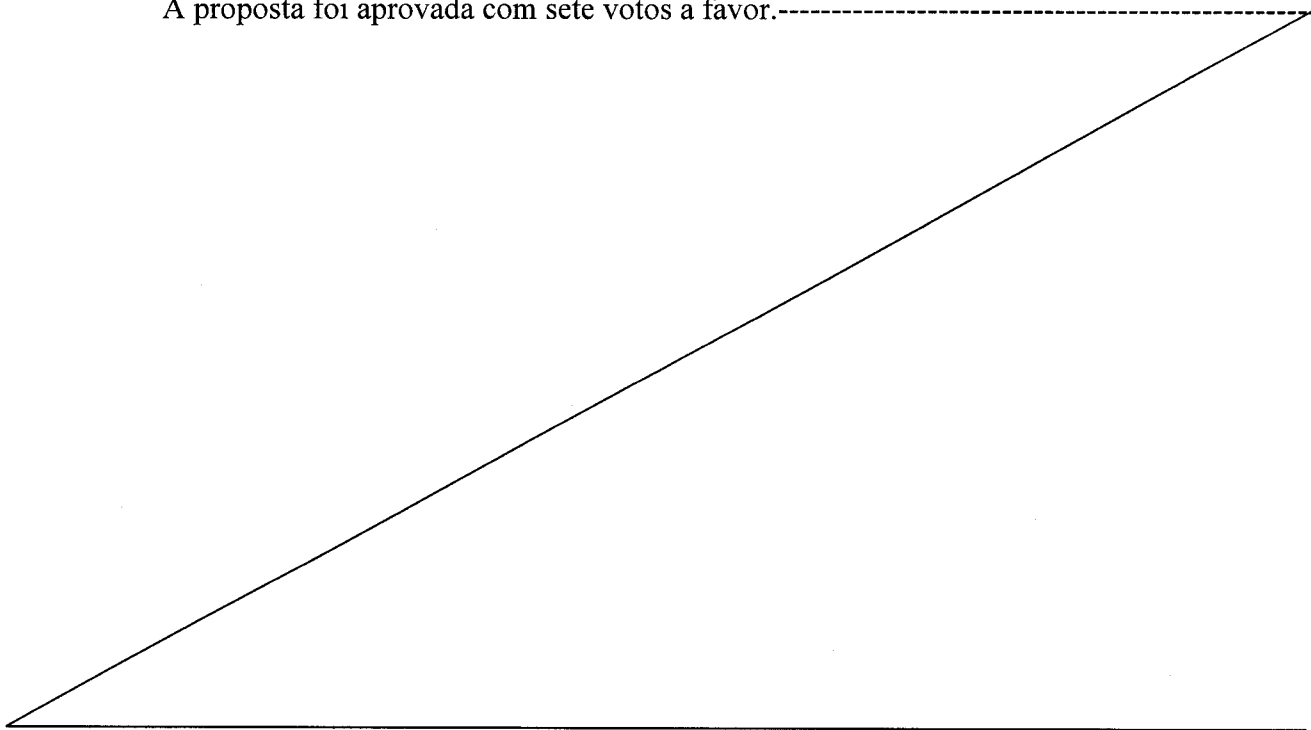
Presente ofício da Junta de Vilarinho, de dez de Dezembro último, registado com o número mil setecentos e trinta / dois mil e dez, a enviar facturas relativas às despesas efectuadas com a execução da rede de drenagem de águas pluviais na Rua da Manguela.-----

A Divisão de Vias informa que a referida rede de drenagem está executada em condições aceitáveis.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Vilarinho um subsídio no montante de 12.950,78 € (doze mil novecentos e cinquenta euros e setenta e oito cêntimos), com IVA incluído.-----

As despesas inerentes serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1976/2010, de dezoito do corrente mês de Maio.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





*Al*

*7*

**13. D) À JUNTA DE FREGUESIA DE VILARINHO – Pavimentação das Ruas do Falcão e da Manguela – Proposta de atribuição de Subsidio.**-----

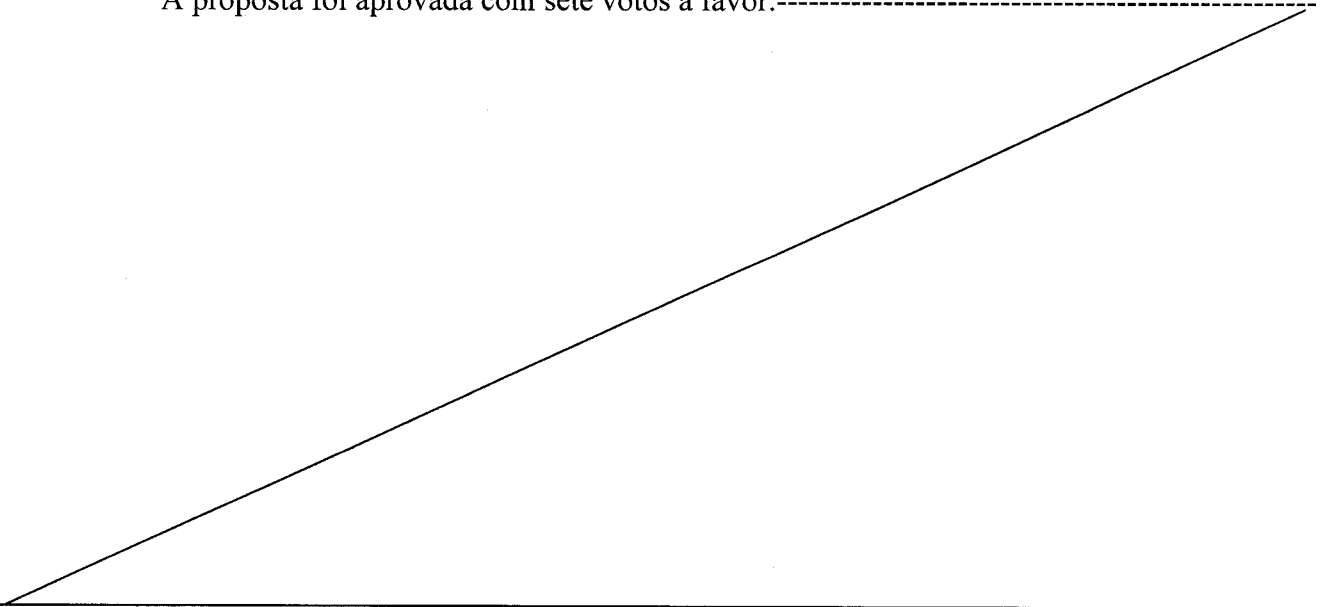
Presente informação da Divisão de Vias, de seis do corrente mês de Maio, registada com o número seis mil e cinquenta e sete, a informar sobre a proposta de intervenção a efectuar nas Ruas do Falcão e da Manguela, cujas pavimentações estão bastante degradadas.-----

Mais informam que a estimativa orçamental dos trabalhos a realizar é de 24.332,55 € (vinte e quatro mil trezentos e trinta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos).-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Vilarinho um subsidio no montante de 24.332,55 € (vinte e quatro mil trezentos e trinta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos), para custear as despesas com a pavimentação das Ruas acima referidas, cujos trabalhos devem ser acompanhados, pelos serviços técnicos da câmara, sendo o subsidio a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

As Despesas com a atribuição deste subsidio serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1976/2010 de dezoito do corrente mês de Maio.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





*Ac*

*[Handwritten signature]*

**13. E) À COMISSÃO DE FESTAS DO BOM JESUS DE SANTA CRUZ 2010 - BURGÃES-----**

Presente ofício de vinte e seis de Abril findo, da Comissão acima referida, registado com o número cinco mil quatrocentos e sessenta e nove, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a festa em honra do Bom Jesus de Santa Cruz, que se realizará no próximo dia vinte e três do corrente mês de Maio.-----

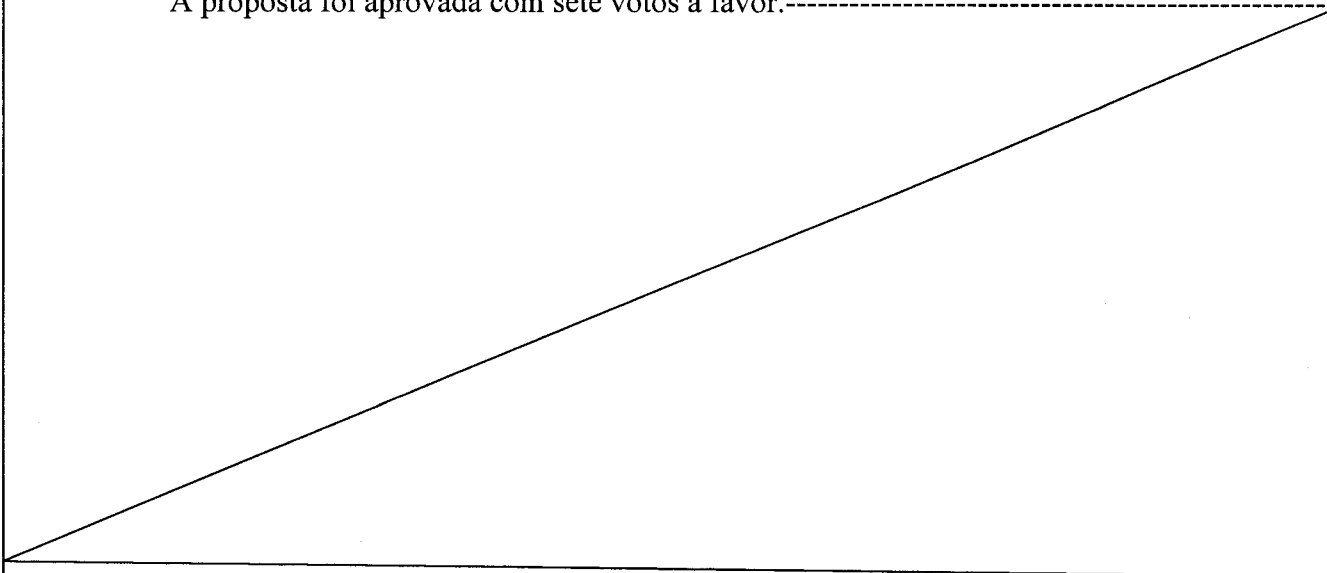
Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 350,00 € (trezentos e cinquenta euros) à Comissão de Festas do Bom Jesus de Santa Cruz, Burgães, representada por Aurélio de Jesus Ferreira Pinheiro e Carlos Augusto Nunes Gonçalves, para ajudar a custear as despesas com a festa do Bom Jesus de Santa Cruz, na freguesia de Burgães.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



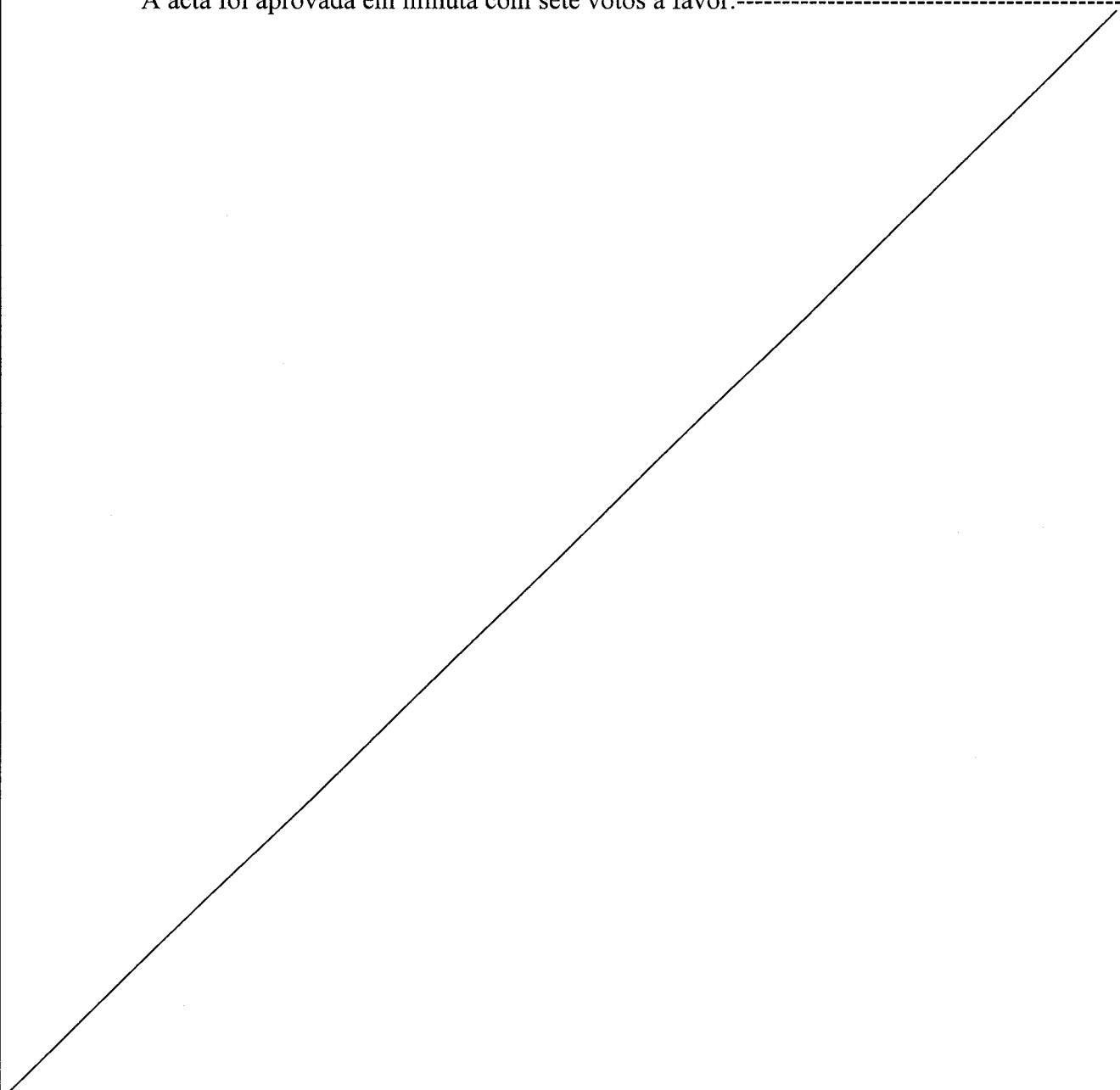


AR

7

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:** No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta foi aprovada em minuta com sete votos a favor.-----





Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

7

**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada em: Doze horas e cinco minutos, sem público assistente.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem quarenta e oito folhas, e cinco documentos anexos - Anexo I relativo ao item três composto por nove folhas, Anexo II relativo ao item quatro composto por oito folhas, Anexo III relativo ao item seis composto por sete folhas, Anexo IV relativo ao item sete composto por cinco folhas e Anexo V relativo ao item nove composto por uma folha, todas rubricadas por mim e pelo Presidente da Câmara, e estão apenas utilizadas no anverso, que eu

*Alice Adelaide Salgado Fagundes*

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

*Luís Fagundes*

**APROVAÇÃO DA ACTA.**-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 2 / 6 / 2010 conforme consta do item um da respectiva acta (folhas Deze da respectiva minuta).-----

A Secretária,

*Alice Adelaide Salgado Fagundes*